

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IGOR ISSAMI YAMAGUTI

**DANO MORAL E O NOVO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA NA FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO**

CURITIBA

2017

IGOR ISSAMI YAMAGUTI

**DANO MORAL E O NOVO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA NA FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito, no
Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosalice Fidalgo Pinheiro.

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

IGOR ISSAMI YAMAGUTI

DANO MORAL E O NOVO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito, Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Rosalice Fidalgo Pinheiro

Orientadora – Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Prof. Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk

Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Prof. Marcelo Conrado

Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Curitiba, ____ de _____, de 2017.

Aos meus pais pela vida e aos meus
irmãos (e a mais nova irmãzinha) por todo
o amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus pelo dom da vida, por me disciplinar com um amor imensurável, pela graça e pela misericórdia.

Agradeço a minha orientadora, professora Rosalice Fidalgo Pinheiro, pelos apontamentos e indicações que enriqueceram este trabalho. Agradeço também por ser uma professora excelente, pelo comprometimento e, principalmente, pelo amor ao ensino. Também sou grato por me ensinar a superar os momentos mais adversos da vida.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná por permitir o aprendizado com grandes professores. Agradeço pela oportunidade de estudar com pessoas geniais que guardarei para o resto da vida: Adeodato José Alberto Batista Tavares, Alexandra Maciel Veiga, Felipe Alves Babiuk, Janúncio Afonso de Medeiros Neto, Luis Augusto Baisch Soares e Vinícius Anastácio Pereira.

Agradeço a minha família pelo amor, direção, instrução, repreensão, compreensão, alegrias (e algumas tristezas), liberdade, comprometimento, resiliência e por sempre me educar com justiça.

Também agradeço à Carolina de Almeida Musse por todo o amor investido, por se alegrar nos momentos de alegria, por chorar nos momentos de tristeza, por se preocupar comigo nas noites em claro (terminando este trabalho de conclusão de curso), por sempre me incentivar e apoiar em todos os projetos da minha vida de forma incondicional.

Sou muito grato à Dra. Juliane Velloso Stankevecz que me “adotou” e me mostrou um grande exemplo de pessoa comprometida com a Justiça. Conjuntamente, agradeço a todas as pessoas que passaram pelo gabinete e me ensinaram muito: Lara, Ethiane, Alcielee, Brunna, Francisco, Luciele, Marcelo, Octávio e Tamara.

E, como “cláusula de abertura material por erro subjetivo”, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação acadêmica ou pessoal, o meu muito obrigado!

“Alegram-se na esperança, sejam pacientes na tribulação, perseverem na oração.”

Rm 12:12

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o REsp 1.473.393, que uniformizou o entendimento no Superior Tribunal de Justiça acerca da quantificação do dano moral, estabelecendo-se o método bifásico. Utilizando-se de um método dedutivo e do procedimento de pesquisa empírico, delineou-se a responsabilidade civil e seus pressupostos. Localizado o dano moral como um dos elementos da responsabilidade civil, foi apresentado seu histórico desde o momento em que este não era aceito até a atual discussão acerca de sua definição. Foram estudados o conceito objetivo, subjetivo e a concepção que o evidencia como contrariedade à dignidade da pessoa humana. Vencida a etapa de compreensão acerca de sua complexidade intrínseca, foram apresentados os três principais critérios para a fixação do *quantum* indenizatório: o critério matemático, o critério do tabelamento e o critério do arbitramento judicial. Por fim, apresentou-se o caso paradigma que pacificou o entendimento acerca da fixação da indenização a título de danos morais, o REsp 1.473.393 do STJ, no qual se institui o método bifásico de quantificação do dano moral. Com base em pesquisa de julgados, conclui-se que, não obstante a jurisprudência firmada pelo STJ, o método bifásico ainda é pouco acolhido pelos tribunais estaduais, como é o caso do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Palavras-chave: danos morais, método bifásico, quantificação do dano moral

ABSTRACT

This work has as object the REsp 1.473.393, which uniformized the understanding of Superior Tribunal de Justiça about the quantification of moral damages, establishing the biphasical method. Through the deductive method and empirical research procedure, the civil liability and its assumptions have been outlined. Located the moral damage as one of the elements of civil liability, its history was introduced from the moment it was not accepted until the current discussion about its definition. Was studied the objective, subjective and a third conception about moral damages. After the comprehension about the intrinsic complexity, was introduced three mainly criteria for the determination of the indemnification *quantum*: the mathematical criteria, the table criteria and the judicial arbitration. Lastly, was exposed the leading case which unified the understanding concerning the fixing of compensation value for moral damages, the REsp 1.473.393 of STJ, which applied the biphasical method for the indemnification moral damages fixing. Based on jurisprudence research, it is concluded that, despite the jurisprudence signed by the STJ, the biphasical method is still little accepted by the state courts, as is the case of the Tribunal de Justiça do Paraná.

Keywords: Moral damages. Biphasic method. Quantification of moral damage.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O DANO MORAL NO CONTEXTO DOS NOVOS DANOS	13
2.1. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	13
2.1.1. Fato Anitjurdico	13
2.1.2. Nexo de Imputação	14
2.1.3. Nexo de Causalidade	17
2.1.4. Dano	20
2.2. DA NEGAÇÃO À AFIRMAÇÃO DO DANO MORAL NO BRASIL	22
2.3. O DANO MORAL E OS DANOS À PESSOA HUMANA	26
2.3.1. Dano Patrimonial e Extrapatrimonial	26
2.3.2. Delimitação do Dano Moral	28
3. A QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL	33
3.1. LIQUIDAÇÃO DOS DANOS NA RESPONSABILIDADE CIVIL	33
3.2. PROBLEMÁTICA DA QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL	35
3.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL	36
3.3.1. Critério Matemático	36
3.3.2. Critério do Tabelamento	37
3.3.3. Critério do Arbitramento Judicial	41
4. QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	46
4.1. UM CASO PARADIGMÁTICO: O RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.393 DO STJ	46
4.2. MODELO BIFÁSICO DE QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS	54
4.3. O ACOLHIMENTO DO MODELO BIFÁSICO DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL NOS TRIBUNAIS ESTADUAIS	59

5. CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
ANEXO I – TABELAS – DANOS MORAIS.....	70
ANEXO II – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2008.....	73
ANEXO III – TABELA REFERENTE AOS DANOS MORAIS NA 8ª, 9ª E 10ª CÂMARA CÍVEL DO TJPR	81

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto principal a análise do acórdão que pacificou o entendimento sobre a aplicação do método bifásico para a fixação do valor da indenização a título de danos morais.

Para tanto, é necessária a análise do dano moral no contexto dos novos danos. Assim, tendo em vista que o dano moral é um elemento da responsabilidade civil, no capítulo DOIS serão analisados os pressupostos da responsabilidade civil, conforme a classificação de Fernando Noronha. Após o estudo da responsabilidade e a identificação do dano moral, será analisado o histórico pelo qual o dano moral passou a ser aceito contemporaneamente. Por fim, será apresentada a perspectiva do dano moral e a sua relação com os danos à pessoa humana, sob a perspectiva de Maria Celina Bodin de Moraes. Desta forma, serão expostas três principais concepções acerca do dano moral: objetiva, subjetiva e a contrariedade à dignidade da pessoa humana.

Compreendida a complexidade dos danos morais e seu atual *status*, passa-se ao estudo da aferição e fixação do *quantum* indenizatório para este tipo de dano, no capítulo três. Inicialmente, será apresentado o problema para a sua quantificação. Ultrapassada esta etapa, passa-se para os principais critérios de quantificação do dano moral, que são três: o matemático, o tabelamento e o arbitramento judicial.

O capítulo quatro tratará do acórdão paradigma que pacificou o entendimento no Superior Tribunal de Justiça, o Recurso Especial nº 1.473.393. Assim, será feito um estudo mais aprofundado do julgado e dos argumentos utilizados pelo Min. Rel. Luis Felipe Salomão em seu voto. Após o estudo do caso, será apresentado o método bifásico para arbitramento da indenização a título de danos morais e como foi aplicado no REsp nº 1.473.393. Por fim, estudar-se-á o acolhimento do modelo exposto no Tribunal de Justiça do Paraná.

O presente trabalho utilizou-se do método dedutivo de pesquisa, partindo de conceitos gerais da responsabilidade civil até chegar aos conceitos mais específicos, no caso, a quantificação do dano moral. Utilizou-se, ainda, do procedimento de pesquisa empírico, realizando uma pesquisa de julgados no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com a finalidade de verificar se

o método bifásico já se constitui em jurisprudência consolidada naqueles tribunais, cujos dados foram apresentados sob a forma de gráficos e tabelas no último capítulo.

2. O DANO MORAL NO CONTEXTO DOS NOVOS DANOS

2.1. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Antes de analisar o dano moral em si, é importante a análise dos elementos da responsabilidade civil, tendo em vista que o dano é um destes componentes. Os pressupostos da responsabilidade civil têm como principal base o artigo 186, do Código Civil, que trata dos atos ilícitos.

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Assim, depreende-se do dispositivo citado quatro elementos, conforme Fernando Noronha: o fato antijurídico, nexa de imputação, nexa de causalidade e o dano¹. Tais elementos serão tratados brevemente e separadamente a seguir.

2.1.1. Fato Antijurídico

O primeiro elemento a ser discutido é o fato antijurídico. O fato antijurídico é estudado principalmente no Direito Penal. Entretanto, é necessário que se considere a independência das esferas². Assim, para Carmen Silvia de Moraes Barros³, a antijuridicidade é “a contrariedade existente entre a conduta típica e o ordenamento jurídico, em virtude de lesar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos”.

¹ NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2013. pp. 491-492.

² MEIRELLES, Hely. **Direito Administrativo Brasileiro**. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 467.

³ BARROS, Carmen Silvia de Moraes Barros. **A individualização da pena na execução penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. p. 118.

Para Fernando Noronha, o fato antijurídico é aquela ação, omissão ou fato natural, culposos ou não, contrários ao ordenamento jurídico, causando uma lesão a um direito ou interesse juridicamente tutelado, também chamada de “dano injusto”⁴.

Maria Celina Bodin de Moraes⁵, por sua vez, discute o problema do fato antijurídico sob a perspectiva do dano lícito. Ou seja, existem casos nos quais o dano nem sempre resulta de um fato antijurídico. O exemplo apresentado pela autora é o caso em que se constroi uma obra pública que enseja a diminuição do lucro dos comerciantes daquela região. Não há um fato antijurídico, mas há um dano.

Neste sentido, Maria Celina Bodin de Moraes afirma:

Daí porque, há mais de duas décadas, O. GOMES qualificava como “a mais interessante mudança” na teoria da responsabilidade civil o que ele chamou de “giro conceitual do ato ilícito para o dano injusto”, que permite “detectar outros danos ressarcíveis que não apenas aqueles que resultam da prática de um ato ilícito. Substitui-se, em síntese, a noção de *ato ilícito* pela de *dano injusto*, mais amplo e mais social.”⁶

Em suma, o fato antijurídico no Direito Civil diz respeito àquelas ações que causem algum dano, a bens juridicamente tutelados, decorrente de uma conduta ilícita ou lícita do agente.

2.1.2. Nexo de Imputação

Louis Josserand afirma que, a partir do século XX, o homem passa a ter o ímpeto, o *instinto*, em reparar aquela vítima que sofreu o dano ainda que o seu agente não seja conhecido. O autor coloca a seguinte questão para exemplificar: “quem, dos nossos dias, admitiria que um operário, vítima dum acidente cuja causa é desconhecida, ficasse sem reparação e que a miséria e a fome se instalassem no seu lar?”. Revertendo aquela ideia do *damnum fatale* e assimilando a ideia de que o dano

⁴ NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* pp. 493-494.

⁵ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. **Danos à Pessoa Humana**: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. pp. 175-176.

⁶ *Ibidem.* p. 177.

tem causas em ações diretas ou indiretas de um indivíduo, de uma pessoa, do homem⁷.

De acordo com Fernando Noronha, o nexo de imputação diz respeito à relação entre a conduta culposa ou dolosa do ofensor e o fato que gerou danos à vítima. Nas palavras do autor, “é o elemento que aponta o responsável, estabelecendo a ligação do fato danoso com este”⁸.

A culpa em sentido amplo pode ser dividida em dolo ou a culpa em sentido estrito. No primeiro caso, há a intenção de se violar um dever jurídico. No segundo, é a ação antijurídica decorrente de imperícia, imprudência ou negligência, sem a vontade consciente voltada para a violação do dever jurídico⁹.

Maria Helena Diniz classifica a culpa em quatro categorias: quanto à natureza do dever violado (contratual ou extracontratual); quanto à graduação (grave, leve ou levíssima); quanto aos modos de apreciação (*in abstracto* ou *in concreto*); e, por fim, quanto ao conteúdo da conduta culposa (*in committing*, *in omitting*, *in electing* ou *in vigilando*)¹⁰.

Quanto à necessidade de comprovação da culpa em sentido amplo (dolo ou culpa em sentido estrito), Fernando Noronha afirma que “em regra o fundamento da imputação é uma *atuação culposa*. Excepcionalmente poderá haver *imputação pelo risco*”¹¹. Ou seja, o autor se posiciona no sentido de que se deve comprovar a culpa do agente ofensor (responsabilidade subjetiva). Admitindo-se, excepcionalmente, a aplicação da teoria do risco (responsabilidade objetiva).

Naqueles outros casos, muito numerosos mas sempre de natureza excepcional, em que a obrigação de reparar o dano tem por fundamento uma ideia de risco criado, **fala-se em responsabilidade objetiva, ou pelo risco: quem exerce atividades que podem pôr em perigo pessoas e bens alheios, da mesma forma que auffer**

⁷ Nas palavras de Louis Josserand (1941, p. 550): “o acidente não nos parece mais coisa do destino, mas como ato, direto ou indireto, do homem”.

⁸ NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* pp. 495-496.

⁹ “É preciso, portanto, que o infrator tenha conhecimento da ilicitude de seu ato, agindo com dolo, se intencionalmente procura lesar outrem, ou culpa, se, consciente dos prejuízos que advêm de seu ato, assume o risco de provocar o evento danoso. Assim, a ação contrária ao direito praticada sem que o agente saiba que é ilícita não é ato ilícito, embora seja antijurídico.” (DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: teoria geral do Direito Civil. Vol. 1. 24ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. p. 547)

¹⁰ DINIZ, Maria Helena. *Op. Cit.* pp. 547-549.

¹¹ NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* pp. 495-496.

os benefícios daí resultantes, também deve suportar os prejuízos, independentemente de ter ou não procedido com culpa.¹²

No mesmo sentido, Carlos Roberto Gonçalves afirma que para a configuração da responsabilidade civil, é necessária a comprovação da culpa do agente (responsabilidade subjetiva). Também admitindo a responsabilização objetiva de forma excepcional nos casos em que a prova seja de difícil acesso ou impossível de se conseguir. Ressalte-se, novamente, que a responsabilidade objetiva tem fundamento na teoria do risco¹³.

Expandindo ainda mais o elemento da culpa, Rosa Nery¹⁴ aduz que, considerando o artigo 186, do Código Civil, no qual se verifica que é necessária a comprovação da culpa do agente, conclui-se que a responsabilidade civil subjetiva é a regra, sendo a responsabilidade objetiva o sistema subsidiário, de acordo com o artigo 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002¹⁵.

Porém, em sentido contrário, para Maria Celina Bodin de Moraes, o elemento fundamental para que exista a responsabilização do agente é a ocorrência do dano, independentemente da culpa (responsabilidade objetiva). Por meio de uma perspectiva constitucional da proteção da pessoa humana, a autora defende que qualquer ato lesivo a um interesse ou direito da pessoa humana deve ser reparado. Caso contrário, a vítima ficaria sem a devida indenização e o ofensor estaria protegido pela licitude do ato, ainda que dele decorresse um dano¹⁶.

Por fim, Louis Josserand¹⁷ aponta quatro principais problemas na reelaboração da responsabilidade a fim de reparação à vítima. O primeiro ponto trata da facilidade para a existência de culpa; o segundo foi o estabelecimento ou reconhecimento das presunções de culpa; o terceiro foi a substituição do que hoje

¹² NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* p. 496. (sem grifos no original)

¹³ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Responsabilidade civil. Vol 4. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. pp. 50-51.

¹⁴ NERY, Rosa Maria Barreto Borrielo de Andrade. Dano Moral e Patrimonial: fixação do valor indenizatório. In: **Revista de Direito Privado**. Vol. 21/2005. Pp. 11-21. Jan-mar, 2005. pp. 16-17.

¹⁵ “**Art. 927.** Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. **Parágrafo único.** Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.” (sem grifos no original)

¹⁶ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* pp. 175-181.

¹⁷ JOSSERAND, Louis. Evolução da Responsabilidade Civil. In: **Revista Forense**, Rio de Janeiro. Vol. LXXXVI, ano XXXVIII, Fascículo 454, pp. 548-559. Abril, 1941. p. 551.

chamamos de responsabilidade subjetiva para a objetiva; e, por fim, o entendimento jurisprudencial como uma outra medida à responsabilidade contratual¹⁸.

2.1.3. Nexo de Causalidade

Importante salientar a diferença existente entre o nexo de imputação e o nexo de causalidade (ponto a ser tratado no presente capítulo). Fernando Noronha explica a distinção com o exemplo de uma pessoa que deixa seu veículo destrancado em uma rua de grande movimento com a chave na ignição. Desta forma, na hipótese de um furto do veículo, o proprietário poderá responder pelos danos causados pelo ladrão. Neste caso, o nexo de imputação está na conduta culposa do proprietário, que deveria ter previsto a ocorrência de um furto, e o nexo de causalidade está na identificação de quais danos “podeme ser considerados consequência adequada daquela conduta”¹⁹.

Conforme Maria Helena Diniz, “A responsabilidade civil não pode existir sem a relação de causalidade entre o dano e a conduta ilícita do agente”²⁰. Entretanto, existem eventos que são inevitáveis e, portanto, excluem a culpabilidade, como: a culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior.

Carlos Roberto Gonçalves²¹ utiliza o termo “relação de causalidade”, que é a relação entre a ação ou omissão do agente e a lesão. Um exemplo seria o caso de um acidente de trânsito no qual uma pessoa passa pela via, desrespeitando os sinais, e atropela uma outra pessoa que sabe ser sua inimiga, causando-lhe diversos ferimentos. Há um fato antijurídico (o desrespeito aos sinais de trânsito), o nexo de imputação (conduta dolosa), o dano (os ferimentos na vítima) e uma relação causal (o atropelamento). Porém, em sentido diverso, não há de se falar em relação de causalidade quando uma pessoa se lança, propositalmente, em frente a um veículo que era conduzido diligentemente, visando suicidar-se.

¹⁸ “A história da responsabilidade é a história e é o triunfo da jurisprudência, e também, de alguma forma, da doutrina; é, mais geralmente, o triunfo do espírito, do senso jurídico” (JOSSEAND, Louis. *Op. Cit.* p. 559.)

¹⁹ NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* p. 500.

²⁰ DINIZ, Maria Helena. *Op. Cit.* p. 551.

²¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Op. Cit.* p. 51.

Para Fernando Noronha, o nexo de causalidade é o elemento “que mais dificuldades suscita”²². Pois, o nexo de causalidade discute a relação entre o fato gerador e o dano causado. Desta forma, questiona-se: qual o fato que efetivamente contribuiu para que determinado dano ocorresse? Um exemplo clássico é o caso de uma vítima de um acidente de trânsito que ao ser transportada por uma ambulância ao hospital sofre outro acidente que o leva a óbito. Neste sentido, qual fato contribuiu para provocar o dano?

Desta forma, existem três teorias principais para a configuração do nexo causal e a definição de qual fato foi determinante para a ocorrência do dano: a *teoria da equivalência das condições*, a *teoria da causalidade adequada* e a teoria da causalidade direta e imediata.

Com relação à primeira, considera-se como relevante todos os fatos que contribuíram para a ocorrência do dano de forma equivalente. Em outras palavras, são aquelas condições que, se não existissem, o dano deixaria de ocorrer. A teoria da equivalência também é chamada de teoria da *conditio sine qua non* por conta dessa “condição sem a qual” o dano não ocorreria. Esta teoria tem origem no Direito Penal com Maximiliano von Buri (*Über kausalität und derem verantwortung*)²³.

Um problema desta teoria é a análise de todos os eventos anteriores *ad infinitum*. Por exemplo, se uma pessoa utiliza-se de uma arma de fogo para matar outra pessoa e vai até o local do crime utilizando um veículo, seriam consideradas como relevantes para a ocorrência de um homicídio a arma de fogo, a munição e o carro. Também poderia se responsabilizar os fabricantes da arma, da munição e do veículo. Ademais, também se poderia responsabilizar os pais daquele que atiraram na vítima e assim por diante, até o infinito²⁴.

Nos termos do artigo 403, do CC, foi elaborada a teoria da causalidade direta e imediata, no qual se considera que só há nexo causal quando o dano tem origem em uma ação do ofensor de forma direta e imediata, afastando a teoria da equivalência. A teoria da causalidade direta e imediata foi ampliada para que abrangesse também os danos indiretos, ou por ricochete. Desta forma, nasceu a

²² NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* p. 499.

²³ AMORIM, Verônica Vieira. **As teorias da causalidade no direito brasileiro comparadas com o common law.** p. 3. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=539fd53b59e3bb12>>.

²⁴ *Ibidem*. p. 4.

teoria da causalidade necessária. Para esta teoria o fundamental não é a origem do dano (direta e imediata), mas a sua necessidade para a probabilidade da existência do dano diante de determinada ação²⁵.

Já a teoria da causalidade adequada, também desenvolvida na Alemanha por Johannes von Kries, “parte da observação daquilo que comumente acontece na vida”, considerando como fato relevante aquele no qual o efeito, o dano, já era previsível. Assim, utiliza-se a *prognose retrospectiva*, que é a análise probabilística do efeito que determinada ação poderia vir a causar. Há uma perspectiva positiva, na qual considera-se como causa determinante aquele efeito que favorece a ocorrência do dano; e a perspectiva negativa, na qual o fato determinantes é aquele na qual o resultado não é *estranho* ao dano²⁶.

Na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, aplica-se a teoria da causalidade. Entretanto, não se analisa se a teoria aplicada é a da causalidade direta e imediata, necessária ou adequada, utilizando sempre da mesma frase, conforme os seguintes julgados abaixo:

(...) 4. **Seja qual for a teoria adotada, da causalidade direta e imediata ou da causalidade adequada**, não há como afirmar que a publicação das matérias jornalísticas ofensivas à reputação da recorrente, mencionadas na petição inicial, decorrem da resilição do contrato firmado com a recorrida. Não existe uma relação direta e necessária entre a extinção daquele vínculo negocial e as publicações difamatórias inquinadas as quais tampouco podem ser consideradas consectário natural da mencionada resilição. (STJ – 3ª Turma – REsp 1630665 – BA – Rel.: Min. Moura Ribeiro – j. 02/06/2017).

(...) - **A comprovação da relação de causalidade - qualquer que seja a teoria que lhe dê suporte doutrinário (teoria da equivalência das condições, teoria da causalidade necessária ou teoria da causalidade adequada)** - revela-se essencial ao reconhecimento do dever de indenizar, pois, sem tal demonstração, não há como imputar, ao causador do dano, a responsabilidade civil pelos prejuízos sofridos pelo ofendido. (STF – ARE 1022519 – SE – Rel.: Dias Toffoli – j. 24/02/2017).

²⁵ NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* pp. 622-626.

²⁶ *Ibidem*. pp. 627-630.

2.1.4. Dano

Por fim, analisa-se o quarto requisito essencial da responsabilidade civil: o dano. Inicialmente, importante ressaltar que não há indenização sem dano²⁷, pois se houvesse o pagamento de uma quantia por um dano que não ocorreu, seria configurado o enriquecimento sem causa²⁸.

Para Fernando Noronha, o dano é uma lesão, efeito de um ato ou fato antijurídico, de dimensão econômica ou não, individual ou coletiva, que ofenda qualquer bem, valor ou interesse juridicamente tutelados.

“O prejuízo, econômico ou não econômico, de natureza individual ou coletiva, resultante de ato ou fato antijurídico que viole qualquer valor inerente à pessoa humana, ou atinja coisa do mundo externo que seja juridicamente tutelada”²⁹.

Para que exista a responsabilidade civil, nos termos do artigo 186, do Código Civil, é necessário que se comprove o dano patrimonial ou moral. Conforme Maria Helena Diniz, “não pode haver responsabilidade civil sem a existência de um dano a um bem jurídico, sendo necessária a prova real e concreta dessa lesão”³⁰.

No mesmo sentido, Carlos Roberto Gonçalves³¹ sustenta que “sem a prova do dano, ninguém pode ser responsabilizado civilmente”. O dano pode ser material ou moral.

“A obrigação de indenizar decorre, pois, da existência da violação de direito e do dano, concomitantemente.”³²

²⁷ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005. p. 77.

²⁸ ROMERO, Micaela Aparecida Pasa. **A responsabilidade civil do médico por omissão de informação**. 2009. p. 17. Disponível em: <<https://goo.gl/Jo7fFA>> Acesso em: 22/10/2017.

²⁹ NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* p. 497 e 579.

³⁰ DINIZ, Maria Helena. *Op. Cit.* p. 549.

³¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Op. Cit.* p. 51.

³² *Ibidem*. p. 52.

Para Clayton Reis, “o dano deve ser considerado como uma lesão a um direito, que produza imediato reflexo no patrimônio material ou imaterial do ofendido, de forma a acarretar-lhe a sensação de perda”³³.

Conforme se verá a seguir, os danos eram eminentemente patrimoniais. Posteriormente, o dano moral foi admitido. Atualmente, com a preocupação da doutrina na efetivação de uma reparação integral, com fundamento na dignidade da pessoa humana, tem se estendido o rol de danos passíveis de reparação. Conforme será visto de forma mais aprofundada posteriormente, os danos são divididos em patrimoniais e extrapatrimoniais³⁴.

Nesta classificação, o dano moral seria uma das espécies possíveis de dano. Assim, sob uma perspectiva constitucional de tutela e reparação integral da pessoa humana, a doutrina têm admitido novas formas de dano, por exemplo: o dano biológico, dano ao projeto de vida, dano genético, dano estético, dano existencial, responsabilização civil pela perda de uma chance, etc. Por sua vez, a jurisprudência admite de forma tímida estas novas espécies de danos.

APELAÇÕES CÍVEIS - RECURSO DA RÉ - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - COLISÃO TRASEIRA DO CAMINHÃO DA RÉ NA MOTOCICLETA DA AUTORA - PRESUNÇÃO DE CULPA DO CONDUTOR DO CAMINHÃO - EXAME PROBATÓRIO - PRESUNÇÃO NÃO ELIDIDA - CULPA CONFIGURADA - IMPOSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE CULPA, EM QUALQUER GRAU, À AUTORA - DANOS MATERIAIS - **PERDA DE UMA CHANCE - AUTORA QUE SE DIRIGIA A EXAME ADMISSÃOAL DE EMPREGO NOVO - PROVA SUFICIENTE DA REALIDADE E CONCRETUDE DA CHANCE PERDIDA - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO** - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PLEITO DE REDUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PEDIDO DE CONDENACÃO SOLIDÁRIA DA SEGURADORA RÉ AO PAGAMENTO DOS DANOS MORAIS - IMPOSSIBILIDADE - APÓLICE SECURITÁRIA - PREVISÃO DE DANOS CORPORAIS - EXCLUSÃO EXPRESSA DE COBERTURA PARA DANOS MORAIS. RECURSO DA AUTORA - DANOS MATERIAIS - OUTROS PREJUÍZOS COMPROVADOS NOS AUTOS - NECESSIDADE DE REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA - ART. 186, CC - DANOS MORAIS - PLEITO DE MAJORAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DE APELAÇÃO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DE APELAÇÃO DA RÉ NÃO PROVIDO. (TJPR

³³ REIS, Clayton. **Avaliação do Dano Moral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 4.

³⁴ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 155-165.

- 8ª C.Cível - AC - 1629236-5 - Toledo - Rel.: Gilberto Ferreira - Unânime - J. 22.06.2017)

AÇÃO INDENIZATÓRIA POR **DANO MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO**. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA AUTORA E DA DENUNCIADA.(A) **DANO MORAL E ESTÉTICO CONFIGURADO**. AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA ACERCA DA CULPABILIDADE SOBRE O ACIDENTE. DANOS NO JOELHO E FACE, COM PERDA PARCIAL DA DENTIÇÃO, CICATRIZES IRREPARÁVEIS NA FACE E NECESSIDADE DE NUMEROSOS TRATAMENTOS E CIRURGIAS.INDENIZAÇÃO DEVIDA. VALOR DE QUARENTA MIL REAIS COMPATÍVEL COM A REALIDADE DO CASO CONCRETO E COM BASE NO **CRITÉRIO BIFÁSICO**.(B) (...) (D) CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS DESPESAS MÉDICAS COM CIRURGIA PLÁSTICA REPARADORA. REEMBOLSO PELA SEGURADORA SOB A RUBRICA DE DANOS MATERIAIS.ORIENTAÇÃO DESTA CORTE.(E) (...) (F) COBERTURA PARA **DANOS MORAIS E ESTÉTICOS**.AUSÊNCIA DE EXPRESSA EXCLUSÃO CONTRATUAL. INTERESSE SEGURADO SOB A RÚBRICA DE DANOS PESSOAIS. **INDENIZAÇÃO DEVIDA**. SÚMULA 402 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS. (TJPR - 8ª C.Cível - AC - 1686044-3 - Região Metropolitana de Maringá - Foro Regional de Mandaguaçu - Rel.: Luiz Cezar Nicolau - Unânime - J. 21.09.2017)

Denota-se também que a aplicação destes novos tipos de danos ainda guardam certa relação com os danos materiais e exigem a comprovação. Por exemplo, no caso da perda de uma chance, consta da ementa do acórdão supracitado que houve prova suficiente da perda de um novo emprego.

2.2. DA NEGAÇÃO À AFIRMAÇÃO DO DANO MORAL NO BRASIL

Inicialmente, a reparação do dano moral não era aceita, tendo em vista a dificuldade de aferir a extensão do dano causado, a compreensão de que o tempo que era responsável pela reparação e a impossibilidade de se determinar com certeza o número de vítimas. Assim, entendia-se que aquilo que não era passível de ser medido, não poderia ser indenizado³⁵.

³⁵ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 146.

Conforme Wesley de Oliveira Louzada Bernardo³⁶, a história dos danos morais passa por três períodos principais: a fase negativista (até 1966), a fase da reparabilidade restrita (de 1966 até 1988) e a reparabilidade plena do dano (a partir de 1988).

Por sua vez, Yussef Said Cahali já classifica a história do dano moral em quatro etapas: a irreparabilidade, a relativa ressarcibilidade do dano, a reparabilidade do dano e a cumulatividade do dano patrimonial e moral³⁷.

Assim, antes de estudarmos cada fase, é necessário que se compreenda que os dois autores se utilizam dos mesmos marcos teóricos (até 1966, de 1966 até 1988 e a partir de 1988). Entretanto, Cahali divide a fase da reparabilidade restrita em duas vertentes: a relativa ressarcibilidade do dano e a reparabilidade do dano.

Até o ano de 1966, os danos morais não eram reconhecidos e não havia uma reparação. Assim, os principais argumentos levantados nesta primeira fase (negativista) foram os seguintes:

“1) falta de efeito penoso durável; 2) incerteza do direito violado; 3) dificuldades em descobrir a existência do dano moral; 4) indeterminação do número das pessoas lesadas; 5) impossibilidade de rigorosa avaliação em dinheiro; 6) imoralidade da compensação da dor com o dinheiro; 7) extensão do arbítrio concedido ao juiz”.³⁸

Conforme Wesley de Oliveira Louzada Bernardo³⁹, por um lado, é lógico o argumento de que seja imoral a tentativa de compensabilidade da dor com dinheiro. Por outro, entende-se que levar tal argumento adiante, permite que o ofensor permaneça impune, ainda que reincida em tal conduta lesiva.

Desta forma, entende-se que a indenização pecuniária não é o meio mais adequado para a reparação do dano moral, mas “é o único – ou o mais idôneo – até o momento encontrado”⁴⁰.

³⁶ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral**: critérios de fixação de valor. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 88.

³⁷ CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005. pp. 76-77.

³⁸ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 88.

³⁹ *Ibidem*. p. 89.

⁴⁰ *Ibidem*. p. 90.

As poucas vozes que defendiam o dano moral, na fase negativista, utilizavam-se dos artigos 76 e 159, do Código Civil de 1916. O artigo 159 não explicitava qual dano era indenizável⁴¹, dispondo apenas que: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano”.

“Mas os insistentes reclamos doutrinários acabaram despertando esses julgadores de sua letargia, compelindo-os a encarar com maior sensibilidade a nova realidade social que se apresentava; propondo-se então os nossos tribunais de todas as instâncias a um processo revisionista da *mea culpa*, inspirado na necessidade de uma proteção mais ampla dos interesses morais, tão comumente feridos pelas contingências da vida moderna”⁴²

A mudança de paradigma da fase negativista para a fase da reparabilidade restrita veio com o julgamento do Recurso Extraordinário 59.940⁴³, de 1966, no qual se reconheceu como indenizável o acidente que causasse a morte dos filhos, mesmo que eles não desempenhassem atividade econômica. Assim, embora houvesse o reconhecimento da existência do dano moral, tal instituto ainda era pautado por bases monetaristas e patrimoniais (a expectativa de lucro e gastos) ao invés da dor e do sofrimento dos pais⁴⁴. Neste sentido:

“Nem sempre dano moral é ressarcível, não somente por se não poder dar-lhe valor econômico, por se não poder apreciá-lo em dinheiro, como ainda porque essa insuficiência dos nossos recursos abre a porta a especulações desonestas pelo manto nobilíssimo de sentimentos afetivos; no entanto, no caso de ferimentos que provoquem aleijões, no caso de valor afetivo coexistir com o moral, no caso de ofensa à honra, à dignidade e à liberdade, se indeniza o valor moral pela forma estabelecida pelo Código Civil. No caso de morte de

⁴¹ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada *Op. Cit.* pp. 90-91; CAHALI, Yussef Said. *Op. Cit.* p. 55.

⁴² CAHALI, Yussef Said. *Op. Cit.* p. 52.

⁴³ O STF, que resistia à indenizabilidade do dano moral, sensibilizou-se com essa linha de argumentação e mudou a sua jurisprudência, passando a reconhecer o direito dos pais ao recebimento de uma pensão pela morte do filho menor, em 1966, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 59.940, relatoria do Min. Aliomar Baleeiro, culminando, inclusive, por editar a Súmula n. 491 do STF (É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado) - STF, 2ª T., RE 59.940, Rel.: Min. Aliomar Baleeiro, j. 26/04/1966, DJ 30/11/1966: “Responsabilidade civil. A morte de filhos menores, conforme as circunstâncias, comporta indenização. O problema resolve-se na liquidação e por arbitramento. (Trecho - STJ – 3ª Turma – Resp 1197284 – Rel.: Min. Paulo de Tarso Sanseverino – j. 23.10.2012)

⁴⁴ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 91.

filho menor não se indeniza o dano moral se ele não contribuía em nada para o sustento da casa.”⁴⁵

Ademais, também foi editada a Súmula 491⁴⁶, do STF, para unificar o entendimento jurisprudencial. Entretanto, para Yussef Said Cahali, a Súmula 491, do STF, “remarcava-se por uma acentuada conotação de *indenização de dano patrimonial especial*”⁴⁷. Ou seja, não se considerava a dor ou o sofrimento dos pais, mas da repercussão econômica que a morte do filho poderia ensejar. Desta feita, não havia a possibilidade de cumulação dos danos morais e materiais, tendo em vista o caráter patrimonial da indenização. Em suma, só se ressarcia o que era auferível de forma imediata.

A mudança de uma fase ressarcitória para a fase reparatória tem como paradigma os casos envolvendo o falecimento da esposa ou da mãe da família. Pois, conforme o artigo 240, do Código Civil de 1916 (atual art. 1.565⁴⁸, do Código Civil), a mulher tinha importante papel econômico na família, mesmo quando não exercia uma profissão fora do lar. Assim, presumia-se o dano patrimonial em caso de falecimento da esposa ou mãe, sendo desnecessária a comprovação da dependência econômica do viúvo⁴⁹.

“o dano pela perda da esposa que não exercia trabalho remunerado deve ser ressarcido, posto que a colaboração moral e material prestada pela mulher, ao dirigir um lar traduz uma atuação intensa e multiforme que propicia condições para melhor exercício das atividades lucrativas do marido, caracterizando contribuição material para a manutenção do lar doméstico e até mesmo para o enriquecimento patrimonial do casal”⁵⁰

Em 1988, com o advento da Constituição Federal, a terceira fase (reparabilidade plena do dano) foi reconhecida nos incisos V e X, do artigo 5^a. Seguindo estes dispositivos, o Código de Defesa do Consumidor positivou em seu

⁴⁵ STF – 2ª Turma – RT 244/629 – j. 06.08.1948.

⁴⁶ “Súmula 491. É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado.”

⁴⁷ CAHALI, Yussef Said. *Op. Cit.* pp. 86-104.

⁴⁸ Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

⁴⁹ CAHALI, Yussef Said. *Op. Cit.* pp. 106-107.

⁵⁰ *Ibidem.* p. 106.

artigo 6^a, VI e VII, a possibilidade de indenização por danos morais. O Estatuto da Criança e do Adolescente também prevê, em seu artigo 17, a proteção da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente⁵¹. Por fim, o Código Civil de 2002, em seu artigo 186, também estabeleceu a sua indenizabilidade⁵².

Quanto a possibilidade de cumulação do dano material com o dano moral, foi editada a Súmula 37, do STJ, a fim de pacificar o entendimento da existência de uma autonomia dos danos morais frente aos danos materiais, tendo em vista que protegem bens jurídicos distintos. Ademais, pacificou-se também a não ocorrência do *bis in idem*⁵³.

“Por outro lado, a jurisprudência celebra, na atualidade, as indenizações por dano moral e patrimonial (STJ 37), pois protegem bens jurídicos diferentes e têm fundamentos distintos. No sistema das relações de consumo ocorre o mesmo fenômeno, pois o art. 6.º, VI, do CDC resguarda a efetiva prevenção e reparação de qualquer espécie de prejuízo ao patrimônio total do sujeito e, por conseguinte, a possibilidade de indenização cumulada dos danos patrimoniais e morais.”⁵⁴

2.3. O DANO MORAL E OS DANOS À PESSOA HUMANA

2.3.1. Dano Patrimonial e Extrapatrimonial

A distinção entre dano patrimonial e extrapatrimonial tem como perspectiva a avaliação patrimonial do dano. É dividida em dano patrimonial ou econômico (quando há possibilidade de aferição econômica) e dano extrapatrimonial ou moral em sentido amplo (quando não é suscetível de avaliação monetária)⁵⁵.

Conforme Clayton Reis, o dano patrimonial é aquele que causa um prejuízo a bens materiais e sua reparação é feita pela reposição do bem lesado. Caso não exista a possibilidade de reposição do objeto, tal pretensão é convertida em um dever de

⁵¹ CAHALI, Yussef Said. *Op. Cit.* 2005. p. 54.

⁵² BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 93.

⁵³ *Ibidem*. p. 95.

⁵⁴ NERY, Rosa Maria Barreto Borrielo de Andrade. *Op. Cit.* p. 19.

⁵⁵ NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* p. 590.

reparar pecuniariamente, aferida de forma objetiva. Já o dano extrapatrimonial não é passível de reposição e/ou de avaliação pecuniária objetiva. Assim, não há uma ideia de reparabilidade objetiva equivalente ao dano causado⁵⁶.

Outros traços distintivos do dano patrimonial e extrapatrimonial é a: identificação do dano; os critérios de reparação; e a forma de liquidação. A identificação trata-se da questão probatória. Enquanto que no dano patrimonial é exigida a prova, no dano extrapatrimonial ela não é necessária, devendo-se comprovar apenas a ocorrência do fato lesivo (*in re ipsa*)⁵⁷.

Quanto ao critério de reparação, no dano patrimonial afere-se a indenização a partir da extensão do dano. Por sua vez, o dano extrapatrimonial tem como critérios: a reprovação da conduta do agente, a repercussão social do dano e as condições da vítima e do agente⁵⁸.

Fernando Noronha⁵⁹ critica esta classificação (danos patrimoniais e extrapatrimoniais), tendo em vista que “o que é verdadeiramente importante é saber se existe um prejuízo que possa ser enquadrado entre os danos à pessoa ou a coisas”, devendo ser reparado independente de ser patrimonial ou extrapatrimonial.

Em contrapartida, Noronha apresenta uma nova classificação do dano conforme a natureza do bem atingido em duas categorias: o dano a coisas e o dano à pessoa. Ademais, este último se subdivide em outros dois elementos: o dano biológico, corporal ou *psicofísicos* (concernente ao corpo) e o dano anímico ou moral em sentido estrito (concernente à “alma”). Assim, os danos à pessoa e a coisas podem ou não ter perdas patrimoniais. Caso o dano à pessoa não tenha como consequência a perda patrimonial, é chamado de dano pessoal puro, refletindo em suas subdivisões. Se houver perda patrimonial, o dano pessoal será impuro⁶⁰.

⁵⁶ REIS, Clayton. *Op. Cit.* pp. 7-8.

⁵⁷ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 158-159.

⁵⁸ *Ibidem.* p. 162.

⁵⁹ NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* p. 593.

⁶⁰ *Ibidem.* p. 581-586.

2.3.2. Delimitação do Dano Moral

Como bem salienta Maria Celina Bodin de Moraes⁶¹, os danos morais estão intimamente ligados com o conceito de justiça. Desta forma, vemos que existem diversos conceitos do que seria o dano moral.

Entretanto, apresentaremos três correntes principais para a definição do dano moral. A primeira trata o dano moral como uma lesão aos direitos da personalidade (dano moral objetivo). A segunda corrente considera como dano moral aqueles efeitos não patrimoniais (dano moral subjetivo). Por fim, a terceira corrente defendida por Maria Celina Bodin de Moraes de que o dano moral se caracteriza como “a violação da cláusula geral de tutela da pessoa humana”, tendo como fundamento a dignidade da pessoa humana⁶².

Como exemplo da primeira corrente, há julgado do Tribunal de Justiça do Paraná mantendo a sentença de primeira instância que entendeu devido os danos morais com base na lesão aos direitos da personalidade. Veja-se:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. OFENSAS CALUNIOSAS PROPAGADAS EM REDE SOCIAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS NA FORMA DO ART. 46 DA LEI Nº 9.099/1995. NÃO HAVENDO TERATOLOGIA NA ANÁLISE DA PROVA, NÃO CABE A TURMA RECURSAL REAPRECIÁ-LA EM DETRIMENTO DA APRECIÇÃO FEITA PELO JUÍZO A QUO, QUE TEVE CONTATO DIRETO COM A PROVA. PRINCÍPIO DA ORALIDADE. PROVAS CONTUNDENTES SOBRE O COMPARTILHAMENTO DA NOTICIA CALUNIOSA PELA RECORRENTE. ATO ILÍCITO CONFIGURADO. MANIFESTAÇÃO QUE EXTRAPOLA A LIBERDADE DE EXPRESSÃO. ABUSO DE DIREITO. **LESÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE. DANO MORAL. OCORRÊNCIA.** QUANTUM ARBITRADO QUE ATENDE AS FINALIDADES DO INSTITUTO, AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, ASSIM COMO AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0006345-39.2012.8.16.0034 - Piraquara - Rel.: Vitor Toffoli - J. 02.03.2015)

⁶¹ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 147.

⁶² BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 72-77; CHAVES, Guilherme Grandmasson Ferreira. **Crítérios do Dano Moral.** Artigo científico (pós-graduação em Direito) – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. pp. 7-8.

Em sentido oposto, também há julgado entendendo a não configuração do dano moral com base na primeira corrente. Neste sentido:

CÍVEL. RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERENTE. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO RECORRIDA TOMOU COMO MENOR ORÇAMENTO AQUELE QUE COMPREENDIA APENAS OS SERVIÇOS MECÂNICOS, SEM A INCLUSÃO DOS SERVIÇOS DE LATARIA E PINTURA. MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS PROCEDENTE. **DANO MORAL. AUSÊNCIA DE OFENSA OU LESÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA AUTORA. MERO DISSABOR DA VIDA COMUM.** SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0001605-15.2014.8.16.0019 - Ponta Grossa - Rel.: Fernanda Orsomarzo - J. 15.06.2015)

Segundo Sérgio Cavalieri Filho, defensor da corrente subjetiva do dano moral, o “dano moral é a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo a normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrios em seu bem-estar”⁶³.

No mesmo sentido, para Carlos Roberto Gonçalves, dano moral é a “lesão de bem que integra os direitos da personalidade (...) e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação”⁶⁴. Ou seja, conforme se depreende deste conceito, o dano moral diz respeito à ofensa aos direitos da personalidade, sendo a dor, sofrimento, tristeza, vexame ou humilhação, as consequências do dano sofrido. Neste sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

O absolutamente incapaz, ainda quando impassível de detrimento anímico, pode sofrer dano moral. Dano moral: é a ofensa a determinados direitos ou interesses. Basta isso para caracterizá-lo. Dor, sofrimento, humilhação: são as consequências do dano moral (não precisam necessariamente ocorrer para que haja a reparação). (STJ. 4ª Turma. REsp 1.245.550-MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 17/3/2015)

⁶³ CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Op. Cit.* p. 105.

⁶⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Op. Cit.* p. 352.

Os defensores da corrente subjetiva tratam o dano moral como um efeito não-patrimonial da lesão, ou seja, não tem como parâmetro os direitos da personalidade, mas dos efeitos da lesão⁶⁵. Por exemplo, o caso em que há o furto de joias de grande valor sentimental resultado de violação da bagagem sob a responsabilidade de empresa aérea. Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL - PRETENDIDA ANULAÇÃO DA SENTENÇA SOB FUNDAMENTO DE QUE O JULGAMENTO FOI CITRA PETITA - SENTENÇA QUE RESPEITOU OS LIMITES EM QUE A DEMANDA FOI PROPOSTA - VÍCIO INEXISTENTE - NO MÉRITO: **PLEITO INDENIZATÓRIO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - VIOLAÇÃO DE BAGAGEM E FURTO DE ITENS QUE ESTAVAM SOB A GUARDA DA EMPRESA AÉREA APELADA - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONFIGURADA - DANO MATERIAL NÃO COMPROVADO - FURTO DE VESTUÁRIOS E DESPESAS COM TRANSPORTE E LOCOMOÇÃO QUE NÃO POSSUEM LASTRO PROBATÓRIO - ALEGAÇÕES GENÉRICAS QUE NÃO SE PRESTAM COMO PROVA DO DANO PATRIMONIAL - FURTO DE JÓIAS DE VULTOSO VALOR DE MERCADO E SENTIMENTAL - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES - DESPACHO DE JÓIAS EM BAGAGEM COMUM QUE DESATENDE ÀS MÁXIMAS DA EXPERIÊNCIA COMUM - RECONHECIDO DEVER DE INDENIZAR DA EMPRESA COM RELAÇÃO AOS DANOS MORAIS - ABALO MORAL DEVIDAMENTE DEMONSTRADO** RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPR - 9ª C.Cível - AC - 1132317-0 - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Luiz Osorio Moraes Panza - Rel.Desig. p/ o Acórdão: José Augusto Gomes Aniceto - Por maioria - - J. 20.11.2014)

Assim, verifica-se que esta corrente vê o dano moral pelos seus efeitos concretos e não pela natureza do dano. Ou seja, há danos no qual o objeto violado não diz respeito aos direitos da personalidade, mas que ainda assim geram um dano moral. Assim como há lesões aos direitos da personalidade que geram danos patrimoniais. Wesley de Oliveira Louzada Bernardo nos dá o exemplo do caso da “Escola Base”, no qual profissionais da escola foram acusados de abusarem sexualmente dos alunos, prejudicando a continuidade da escola⁶⁶.

⁶⁵ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 74; CHAVES, Guilherme Grandmasson Ferreira. *Op. Cit.* p. 7.

⁶⁶ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 75.

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. **"CASO DA ESCOLA BASE". GRAVES ACUSAÇÕES DIVULGADAS PELA MÍDIA. ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS EM ESCOLA. INQUÉRITO POLICIAL ARQUIVADO POR ABSOLUTA FALTA DE MÍNIMOS ELEMENTOS CONTRÁRIOS AOS INVESTIGADOS.** AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. INÉPCIA DA INICIAL. INEXISTÊNCIA. DANOS MORAIS. VALOR EXORBITANTE. REDUÇÃO NA ESPÉCIE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Demanda indenizatória decorrente de fatos amplamente noticiados na época pela mídia, de forma ininterrupta e por vários dias, envolvendo graves e infundadas acusações de abusos sexuais e exploração de crianças contra os autores deste processo (**"Caso da Escola Base"**). 2. A petição inicial não deve ser considerada inepta quando, com a narração dos fatos contidos na exordial, seja possível a razoável compreensão, por parte do magistrado, da causa de pedir e do pedido. Precedentes desta Corte Superior. 3. Também não deve ser declarada como inepta a inicial que possibilita o exercício de defesa, permitindo o pleno contraditório, podendo-se, ainda, vislumbrar perfeitamente o pedido e a causa de pedir. 4. Prospera o pedido de redução do valor indenizatório fixado a título de danos morais, pois a pretensão trazida no especial se enquadra nas exceções que permitem a interferência desta Corte Superior, uma vez que o valor arbitrado mostra-se, diante das particularidades da causa, exorbitante. 5. Recurso especial parcialmente provido, para reduzir o valor da indenização para o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a cada um dos autores, corrigidos a partir da data deste julgamento.

A terceira corrente sintetiza as duas perspectivas anteriormente expostas. O dano moral é visto tanto em sua dimensão objetiva (lesão aos direitos da personalidade) quanto em sua dimensão subjetiva (o efeito não-patrimonial de uma lesão)⁶⁷. A perspectiva objetiva tem como parâmetro os efeitos na esfera social da pessoa atingida, enquanto que a perspectiva subjetiva tem como parâmetro a dor, angústia e o sofrimento.

“Outra concepção doutrinária divide os danos morais em subjetivos e objetivos. Essa diferenciação ocorre justamente em função da diversidade de bens jurídicos suscetíveis de serem atingidos. O dano moral subjetivo é aquele que atinge a esfera da intimidade psíquica, tendo como efeito os sentimentos de dor, angústia e sofrimento para a pessoa lesada. Em contrapartida, o dano moral objetivo é aquele que atinge a dimensão moral da pessoa na sua esfera social,

⁶⁷ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 77.

acarretando prejuízos para a imagem do lesado no meio social, embora também possa provocar dor e sofrimento.”⁶⁸

Neste sentido, para Maria Celina Bodin de Moraes, criadora deste terceiro conceito, o dano moral é aquela conduta contrária à dignidade da pessoa humana, podendo ser também o resultado de uma ação que origine à vítima angústia, dor, sofrimento, tristeza ou humilhação. Entretanto, tais consequências devem ser tão intensas que se diferem dos aborrecimentos cotidianos⁶⁹.

Por fim, cabe salientar que a jurisprudência tem o entendimento de que o mero dissabor ou aborrecimento do cotidiano não são configurados como dano moral. Ou seja, deve-se comprovar que houve uma ofensa que transcenda os fatos ordinários. Neste sentido:

CIVIL. DANO MORAL. NÃO OCORRÊNCIA. O recurso especial não se presta ao reexame da prova. O mero dissabor não pode ser alçado ao patamar de dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige. Recurso especial não conhecido (STJ – 4ª Turma – REsp. 403.919 – Rel.: Min. Cesar Asfor Rocha – j. 15/05/2003).

⁶⁸ CHAVES, Guilherme Grandmasson Ferreira. *Op. Cit.* pp. 7-8.

⁶⁹ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 157-158.

3. A QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL

3.1. LIQUIDAÇÃO DOS DANOS NA RESPONSABILIDADE CIVIL

A palavra “indenização” significa a reparação de um dano causado, retroagindo as partes envolvidas ao *status quo ante*. Ou seja, a indenização busca restaurar os envolvidos à situação anterior ao dano. Esta ideia tem como origem as situações patrimoniais, cujo dano é auferível de forma objetiva⁷⁰. Conforme Clóvis de Couto e Silva:

“O ideal é que o dano seja especificamente reparado e que o obrigado pela indenização tenha condições de recompor o patrimônio da vítima, recuperando seu estado anterior.”⁷¹

Ao explicar a *Teoria da Diferença*, Fernando Noronha afirma que “A indenização será igual a diferença entre a situação atual do patrimônio do lesado e a hipotética em que ele estaria, se o dano não tivesse ocorrido”⁷². “Tradicionalmente, define-se dano patrimonial como diferença entre o que se tem e o que se teria, não fosse o evento danoso”⁷³.

A quantificação da indenização depende do dano causado. Conforme ensina Rosa Nery, se o dano é auferível de imediato, a fixação do *quantum* indenizatório se simplifica. Entretanto, se não há meios de aferição objetivos, busca-se critérios para que se encontre um valor monetário para a reparação ou a aplicação de condutas positivas ou negativas ao agente do dano⁷⁴.

Para Carlos Roberto Gonçalves, a indenização a título de dano material tem como finalidade o ressarcimento, fazendo com que o patrimônio do sujeito passivo da relação retroaja ao *status quo ante*. Para este tipo de dano, há a possibilidade de se mensurar o prejuízo com a fórmula “danos emergentes-lucros cessantes”, nos termos

⁷⁰ CHAVES, Guilherme Grandmasson Ferreira. *Op. Cit.* pp. 4-5.

⁷¹ NERY, Rosa Maria Barreto Borrielo de Andrade. *Op. Cit.* p. 19.

⁷² NORONHA, Fernando. *Op. Cit.* p. 593.

⁷³ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 143.

⁷⁴ NERY, Rosa Maria Barreto Borrielo de Andrade. *Op. Cit.* p. 19.

do artigo 402, do Código Civil. Por sua vez, a indenização por danos morais, tem papel compensatório⁷⁵.

“De modo que quando a vítima reclama a reparação pecuniária em virtude de dano moral que recai sobre a honra, nome profissional e família, não pede um preço para sua dor, mas apenas que se lhe outorgue um meio de atenuar, em parte, as consequências do prejuízo. Na reparação do dano moral, o dinheiro não desempenha a função de equivalência, como no dano material, porém, concomitantemente, a função satisfatória e a de pena. O dano patrimonial compreende o dano emergente e o lucro cessante, ou seja, a efetiva diminuição no patrimônio da vítima e o que ela deixou de ganhar.”⁷⁶.

Segundo Thiara Viana Coelho Souto e Luciano Souto Dias, a fixação do dano moral é mais complexa, tendo em vista que “o bem lesado não se mede monetariamente, não tendo dimensão econômica”⁷⁷. Assim, o valor estabelecido tem como finalidades a inibição da conduta ofensiva e a atenuação do sofrimento da vítima⁷⁸.

No entendimento de Maria Celina Bodin de Moraes, a liquidação nos danos patrimoniais tem relação com as “perdas e danos” (danos emergentes e lucros cessantes). Já no caso dos danos extrapatrimoniais, “a liquidação fica exclusivamente ao arbítrio do juiz, não estando ele adstrito a qualquer limite legal ou tarifa pré-fixada”⁷⁹.

Ademais, conforme já visto, entende-se que os danos morais e patrimoniais são cumuláveis, ou seja, podem ser requeridas de forma concomitantes. Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 37⁸⁰, pacificando este entendimento.

⁷⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Op. Cit.* p. 369.

⁷⁶ DINIZ, Maria Helena. *Op. Cit.* p. 550.

⁷⁷ SOUTO, Thiara Viana Coelho; DIAS, Luciano Souto. Critérios para a Fixação do Quantum nas Indenizações por Danos Morais no Âmbito Cível à Luz da Dignidade Humana. In: **Revista Online Fadvale**. Ano III, nº4, 2008 - Governador Valadares - Minas Gerais. Disponível em: <https://goo.gl/Ac0Ttz>. Acesso em: 13/02/2017. p. 11.

⁷⁸ BELMONTE, Alexandre Agra. Dosimetria do Dano Moral. In: **Revista do TST**, Brasília. Vol. 79, nº 2, abr/jun, 2013. p. 20.

⁷⁹ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 162.

⁸⁰ **Súmula 37**. “Se o dano material e o moral decorrerem do mesmo fato serão cumuláveis as indenizações”

3.2. PROBLEMÁTICA DA QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL

Inicialmente, importante salientar a diferença entre os danos patrimoniais e os danos extrapatrimoniais. Conforme visto anteriormente, nos danos patrimoniais, no cálculo para a fixação do *quantum* indenizatório, utiliza-se a teoria da diferença, que é um método objetivo de aferição da necessária compensação e fixação da indenização. Entretanto, por sua vez, aos danos extrapatrimoniais não é possível um método estritamente objetivo para a fixação do valor indenizatório, tendo em vista que o dano moral é subjetivo e variável, de difícil aferição. Desta forma, em estudo realizado pela FGV, constatou-se esta dificuldade em identificar quais casos são semelhantes para que se possa aplicar uma indenização semelhante e quais são diferentes⁸¹.

De acordo com Carlos Roberto Gonçalves⁸², a quantificação dos danos morais tornou-se um problema, pois havia uma grande quantidade de demandas sem que existisse uma uniformidade quanto aos critérios a serem avaliados para se fixar o valor da indenização.

Ademais, conforme Wesley de Oliveira Louzada Bernardo⁸³, verifica-se que há muitas decisões aleatórias sem qualquer critério verificável, produzindo diversas contradições e injustiças, o que o autor chama de “disparidades teleológicas”. Trata-se daquelas situações em que há o arbitramento de valores indenizatórios divergentes para fatos semelhantes, sem que haja uma fundamentação. Entretanto, o autor vê como maior problema a superficialidade das decisões na fixação do *quantum*.

Insta salientar que o valor fixado a título de dano moral deve se pautar sob o fundamento da proporcionalidade e razoabilidade. Ou seja, o *quantum* não pode ser tão elevado a ponto de prejudicar o agente de forma desproporcional, mas também não pode ser ínfimo deixando o ofendido sem a devida reparação pelo dano causado. Neste sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná:

⁸¹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A quantificação do Dano Moral no Brasil**: justiça, segurança e eficiência. Série Pensando o Direito. São Paulo, 2011. p. 20.

⁸² GONÇALVES, Carlos Roberto. *Op. Cit.* p. 369.

⁸³ *Ibidem*. p. 150 e 164.

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE ATO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. GRAVAME INDEVIDO. PEDIDO DE MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. POSSIBILIDADE. 1. O dano moral revela-se in re ipsa, independente de prova do prejuízo, bastando prova do fato que rendeu ensejo ao prejuízo no âmbito extrapatrimonial (no caso, o gravame indevido). **2. A indenização não pode ser tão irrisória a ponto de nada reparar ou em nada diminuir o sofrimento da vítima, nem tampouco exagerada ao ponto de levar o ofensor à ruína, com indevido enriquecimento sem causa à vítima.** 3. RECURSO PROVIDO.” (TJPR - 18ª C.Cível - AC - 1623377-7 - Curitiba - Rel.: Marcelo Gobbo Dalla Dea - Unânime - - J. 12.04.2017)

Vale ressaltar que a indenização não busca legitimar um possível enriquecimento sem causa do ofendido, mas a sua reparação, bem como o desestímulo da conduta danosa por parte do agente causador⁸⁴.

3.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL

Wesley de Oliveira Louzada Bernardo apresenta três principais critérios de fixação da indenização por danos morais: o primeiro é o matemático; o segundo, o tabelamento; e o terceiro, o arbitramento judicial⁸⁵.

3.3.1. Critério Matemático

O primeiro critério apresentado por Wesley de Oliveira Louzada Bernardo é o matemático que, segundo o autor, guarda forte vinculação com os danos materiais. Ocorrendo, assim, grandes injustiças, tendo em vista que o dano material pode ser de pequena monta, gerando um dano moral elevado. Assim, o *quantum* indenizatório fixado seria insuficiente frente à lesão causada⁸⁶.

⁸⁴ “A compensação do dano moral, de um lado deve proporcionar um conforto ao ofendido que **amenize o mal experimentado** e, de outro, deve servir como uma forma de punição para **desestimular** a reiteração dos mesmos atos (...)” (TJPR - 9ª C.Cível - AC - 1650972-9 - Curitiba - Rel.: Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso - Unânime - - J. 27.04.2017)

⁸⁵ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 118.

⁸⁶ *Ibidem.* p. 119.

Os critérios matemáticos se subdividem em três espécies: a primeira, que tem uma perspectiva criminal; a segunda, que vincula os danos morais aos materiais; e a terceira, que vincula o dano moral ao título indevidamente protestado⁸⁷. Entretanto, tendo em vista que o dano moral decorrente do protesto indevido de título guarda relação com a segunda espécie⁸⁸, serão analisadas conjuntamente.

A primeira espécie, que embasa a quantificação do dano moral nas penas criminais, tinha como principal fundamento o artigo 1.547⁸⁹, parágrafo único do Código Civil de 1916 (atual artigo 953, do Código Civil de 2002). Tal critério estabeleceu um teto de 10.800 salários mínimos por meio de um cálculo matemático⁹⁰. Entretanto, tal critério recebe várias críticas, considerando que o artigo não trata dos danos morais, mas dos danos materiais não comprovados, ou danos materiais indiretos⁹¹.

A segunda e terceira espécies vinculam o dano moral ao dano material. Ou seja, a indenização por dano moral tem como base o valor do dano material, estabelecendo múltiplos para a sua aplicação. Entretanto, verifica-se que este critério não é adequado, tendo em vista que pode não existir o dano material, embora haja um dano moral. Em outras palavras, este critério desconsidera a autonomia dos danos morais frente aos materiais. Ademais, o fator de multiplicação não guarda uma objetividade em si, mas depende do arbítrio do juiz que pode elevar e 2, 5, 10, 15, 20, 30, ou 50 vezes o quantum indenizatório⁹².

3.3.2. Critério do Tabelamento

O segundo critério para a fixação do quantum indenizatório é o tabelamento, que se subdivide em três espécies: o tabelamento legal, tabelamento “doutrinário” e o

⁸⁷ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* pp. 119-120.

⁸⁸ “Inaceitável a adoção deste critério [fixação da indenização por danos morais em montante correspondente a um múltiplo do valor do título protestado]”, tendo em vista que há, aqui, uma nítida vinculação entre o dano moral e o danos materiais, capaz de gerar, na prática, situações de profunda injustiça” (LOUZADA, p. 128, 2005)

⁸⁹ Art. 1547. A indenização por injúria ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.

Parágrafo único. Se este não puder provar prejuízo material, pagar-lhe-á o ofensor o dobro da multa no grau máximo da pena criminal respectiva (art. 1.550).

⁹⁰ REIS, Clayton. *Op. Cit.* p. 99.

⁹¹ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* pp. 120-126.

⁹² *Ibidem.* pp. 126-130.

tabelamento judicial. O tabelamento legal é aquele decorrente de lei; o tabelamento doutrinário consiste em um sistema que baliza a fixação do *quantum debeatur* pelo juiz, de acordo com a jurisprudência⁹³.

Com relação ao tabelamento judicial, Clayton Reis⁹⁴ entende que critérios eminentemente subjetivos permitem que o magistrado faça “avaliações diferentes e sem critérios”, a depender de seus valores, agindo arbitrariamente. Para tanto, o meio mais adequado para o autor é a utilização de tabelas⁹⁵.

O método utilizado pelo autor consiste inicialmente em duas tabelas. Uma referente aos danos morais decorrentes da ação física (por exemplo, homicídio, acidente de trânsito, erro médico, etc.) e outra da ação psíquica (ofensa à honra, privacidade, liberdade, entre outros). Uma terceira tabela trata da equação para o cálculo do dano moral e a quarta tabela os valores a serem colocados na equação⁹⁶.

Quanto ao critério do tabelamento, Wesley de Oliveira Louzada Bernardo apresenta três problemas principais: o primeiro é a fixação aquém do dano causado, representando um estímulo para o ato lesivo; o segundo é a “redução de todos os sofrimentos humanos em standards homogêneos”; e o terceiro é a imprevisibilidade por parte do legislador quanto a todas situações que poderiam causar danos⁹⁷. Em suma, o que se verifica é uma preocupação com a reparação integral da vítima.

Neste sentido, Maria Celina Bodin de Moraes entende que as condições pessoais da vítima devem ser consideradas:

“Cada perda e cada dano deverão ser avaliados separadamente, valorizados em relação à pessoa da vítima (pessoalmente, quase se poderia dizer), de modo que de nada servirá produzir uma tabela, por assim dizer fixa, do que hoje se procura não chamar de ‘preço da dor’. Claro está que, considerando todas as circunstâncias do caso concreto, tampouco será possível afastar-se demais de algum valor médio, que será possível afastar-se demais de algum valor médio, que

⁹³ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* pp. 135 e 150.

⁹⁴ REIS, Clayton. *Op. Cit.* p. 93-116.

⁹⁵ Embora o próprio autor declare o seguinte: “Coerente com essa postura, e cômico de que a proposta não objetiva “tabelar os danos morais”, mas tão-somente indicar situações semelhantes que possam gerar critérios uniformes, os itens a seguir enumerados são o resultado de levantamento de dados fornecidos pelos nossos tribunais” (REIS, 2000, p. 105).

⁹⁶ As tabelas apresentadas por Clayton Reis em sua obra “Avaliação do Dano Moral” constam no Anexo I do presente trabalho.

⁹⁷ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* pp. 132-135.

será resultado da repetição de valores atribuídos a casos semelhantes, controlados pela instância superior”⁹⁸

Para que exista uma verdadeira reparação integral à pessoa, Maria Celina Bodin de Moraes apresenta três pontos relevantes para a sua análise: a perspectiva de que a dignidade humana deve ser protegida como um fim e não meio; a consideração do dano causado à vítima e não do grau de culpabilidade do agente; e a concessão de uma reparação quando houver uma violação ao dever de “respeito aos outros”⁹⁹.

Por fim, o estudo realizado pela FGV¹⁰⁰ afirma que o sistema tarifário legal é inconstitucional, pois viola o artigo 5º, V, X e XXXII, da Constituição Federal, bem como contraria o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no que diz respeito à interpretação dos dispositivos referidos.

No REsp 1.152.541/RS, o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino discorreu sobre o critério do tarifamento legal, ilustrando com os artigos 1.547 e 1.1550, ambos do Código Civil de 1916. No mesmo sentido, os artigos 51 e 52, da Lei nº 5.520/67 (Lei de Imprensa)¹⁰¹, limitava a indenização por danos morais entre 2 (dois) e 200 (duzentos) salários mínimos. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça entendeu a inaplicabilidade destes artigos, tendo em vista os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como o artigo 5º, incisos V e X, da CF/88¹⁰². Assim, foi editada a Súmula 281, do STJ que dispõe o seguinte:

⁹⁸ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 310.

⁹⁹ *Ibidem.* p. 304.

¹⁰⁰ “1. É possível antever certo risco de que um projeto legislativo que pretenda estabelecer limitações aos valores pagos a título de dano moral por meio da criação de um sistema tarifário uma vez tornado lei seja - diante dessas linhas jurisprudenciais consolidadas ou em vias de consolidação e estabilização no Supremo Tribunal Federal acerca do alcance do âmbito de aplicação das normas presentes no art. 5º, V, X e XXXII - declarado inconstitucional.” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Op. Cit.* p. 44)

¹⁰¹ Art. 51. A responsabilidade civil do jornalista profissional que concorre para o dano por negligência, imperícia ou imprudência, é limitada, em cada escrito, transmissão ou notícia:

I - a 2 salários-mínimos da região, no caso de publicação ou transmissão de notícia falsa, ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado (art. 16, ns. II e IV). (...)

IV - a 20 salários-mínimos da região, nos casos de falsa imputação de crime a alguém, ou de imputação de crime verdadeiro, nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade (art. 49, § 1º). (...)

Art. 52. A responsabilidade civil da empresa que explora o meio de informação ou divulgação é limitada a dez vezes as importâncias referidas no artigo anterior, se resulta de ato culposo de algumas das pessoas referidas no art. 50.

¹⁰² Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

Súmula 281. A indenização por dano moral não está sujeita à tarifação prevista na Lei de Imprensa.

Ademais, no REsp 52.842/Rj e no REsp 235.678/SP entendeu-se que o tarifamento legal violaria os princípios da igualdade, proporcionalidade e razoabilidade, visto que o tarifamento legal não consideraria as circunstâncias fáticas e concretas de cada caso, reparando o dano moral de forma deficitária. Em outras palavras, a limitação e a tarifação para a fixação do dano moral repararia parcialmente a vítima. Desta forma, estaria violando os princípios da igualdade, proporcionalidade e razoabilidade. Não havendo, portanto, uma função compensatória\reparatória ou inibitória\punitiva.

Assim, uma legislação que limite a indenização do dano moral em valor fixado a priori não faz com que o conteúdo dos direitos fundamentais protegidos pela possibilidade de condenação do autor da lesão ao pagamento de uma indenização seja completamente afetado, pois ainda que essa lei implique uma redução da proteção pela via indenizatória, em nada atinge a proteção pela via inibitória/preventiva.¹⁰³

Existiram diversos Projetos de Lei que buscaram regulamentar a fixação do dano moral, por exemplo: PL nº 150/1999, PL nº 4.729/2001, PL nº 6.358/2002 e o PL nº 6.960/2002¹⁰⁴.

Por fim, o Projeto de Lei do Senado (PLS nº 334/2008¹⁰⁵) também adveio com o intento de regulamentar o dano moral e a sua reparação. O referido Projeto de Lei foi apresentado pelo Senador Valter Pereira (PMDB/MS), sob fundamento no artigo 5º, incisos V e X, da CF/88 e no artigo 186, do CC/02. O PLS nº 334/2008 era constituído de 11 artigos¹⁰⁶ e encerrou a sua tramitação no dia 24/05/2011, no qual foi

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; (...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

¹⁰³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Op. Cit.* p. 45.

¹⁰⁴ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* pp. 7-12.

¹⁰⁵ SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 334, 2008**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/87299/pdf>>

¹⁰⁶ O PLS nº 334/2008 encontra-se integralmente no Anexo II do presente trabalho.

rejeitada pela Comissão em decisão terminativa, conforme artigo 91, §5º, do Regimento Interno do Senado Federal¹⁰⁷.

3.3.3. Critério do Arbitramento Judicial

Quanto ao Direito brasileiro, verifica-se que o legislador concedeu ao juiz a discricionariedade para a fixação do valor indenizatório nos casos de responsabilidade civil por dano moral¹⁰⁸, conforme o artigo 953, parágrafo único¹⁰⁹, do Código Civil.

Para o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, o arbitramento judicial é visto como o melhor critério para a fixação da indenização por danos extrapatrimoniais. O relator do REsp 1.152.541/RS apresenta o sistema normativo de quantificação no ordenamento jurídico português, comparando o artigo 496, nº 3¹¹⁰, e artigo 494¹¹¹, ambos do Código Civil Português, e o artigo 953, parágrafo único, do CC/02. Assim, discorre o Ministro que o Código Civil Brasileiro permite o arbitramento judicial, porém, não estabelece os critérios que devem ser analisados pelo magistrado, diferentemente do que ocorre no Código Civil Português.

O terceiro critério enumerado é o arbitramento judicial, que ocorre quando as partes se servem de árbitro para a fixação da compensação¹¹². Conforme Maria Celina Bodin de Moraes¹¹³, os principais critérios utilizados nas decisões judiciais são: a extensão do dano, o grau de culpa, a situação econômica da vítima e do agente, o caráter punitivo e a vedação do enriquecimento sem causa. Saliente-se que Wesley

¹⁰⁷ §5º Esgotado o prazo previsto no § 3º, sem interposição de recurso, o projeto será, conforme o caso, encaminhado à sanção, promulgado, remetido à Câmara ou arquivado.

¹⁰⁸ BELMONTE. Alexandre Agra. *Op. Cit.* p. 25.

¹⁰⁹ Parágrafo único. Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.

¹¹⁰ 3. O montante da indemnização será fixado equitativamente pelo tribunal, tendo em atenção, em qualquer caso, as circunstâncias referidas no artigo 494º; no caso de morte, podem ser atendidos não só os danos não patrimoniais sofridos pela vítima, como os sofridos pelas pessoas com direito a indemnização nos termos número anterior.

¹¹¹ Artigo 494. Quando a responsabilidade se fundar na mera culpa, poderá a indemnização ser fixada, equitativamente, em montante inferior ao que corresponderia aos danos causados, desde que o grau de culpabilidade do agente, a situação económica deste e do lesado e as demais circunstâncias do caso o justifiquem.

¹¹² BELMONTE. Alexandre Agra. *Op. Cit.* p. 25.

¹¹³ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* pp. 275-278.

de Oliveira Louzada Bernardo também utiliza os quatro primeiros parâmetros. Porém, como um quinto critério, analisa a razoabilidade e a proporcionalidade¹¹⁴.

Em pesquisa realizada pela FGV sobre a quantificação do dano moral foi identificado que, para a fixação do *quantum* indenizatório, o enriquecimento sem causa foi o argumento mais utilizado (206 ocorrências), sendo seguido pela extensão do dano (195 ocorrências) e a posição de vítima (110 ocorrências), nos Tribunais Estaduais¹¹⁵.

Já Maria Celina Bodin de Moraes, como uma análise crítica dos critérios vistos anteriormente, propõe como critérios: o grau de culpa do ofensor e a “dimensão da culpa”, a situação econômica do agente, a “amplitude do dano”, “as condições pessoais da vítima” e a “intensidade de seu sofrimento”¹¹⁶.

Para Wesley de Oliveira Louzada Bernardo, a extensão do dano deve ser vista sob três aspectos: a dimensão da dignidade humana atingida, a dimensão temporal e a repercussão do fato lesivo. Quanto à dignidade humana atingida, o autor explica, considerando que esta avaliação é uniformemente aceita, que “a lesão à vida tem uma extensão maior que a lesão à liberdade sexual (v. g., estupro), que, por sua vez, supera uma lesão à honra subjetiva (como um protesto indevido de título, por exemplo)”¹¹⁷.

O grau de culpa, por sua vez, trata do grau de reprovabilidade da conduta. Maria Celina Bodin de Moraes¹¹⁸ sustenta que o grau de culpa tem função punitiva e não compensatória. Este critério dispõe que o valor da indenização deve ser maior se o agente praticou o ato lesivo de forma dolosa, independentemente da extensão do dano. Isto causaria situações nos quais o grau de culpa, por ser leve, acarretaria em uma indenização baixa para um dano de grande extensão.

Por sua vez, Wesley de Oliveira Louzada Bernardo¹¹⁹ entende que o grau de culpa não deve ser considerado no momento do arbitramento da indenização, com base na “objetivação da responsabilidade” e na mutua exclusão entre o grau da culpa e a extensão do dano. O primeiro trata da desnecessidade de comprovação da culpa

¹¹⁴ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 165.

¹¹⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Op. Cit.* p. 25.

¹¹⁶ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* pp. 295-296.

¹¹⁷ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 166.

¹¹⁸ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 296.

¹¹⁹ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* pp. 169-173.

para que seja configurado o dano moral. No segundo caso, trata-se de uma oposição, pois existem casos nos quais o grau de culpa pode ser leve, embora a extensão do dano seja elevada. Assim, não haveria uma reparação integral à vítima.

O terceiro parâmetro é o caráter compensatório e punitivo da indenização, ou seja, no caráter desestimulador da conduta lesiva. Nesta seara, Wesley de Oliveira Louzada Bernardo restringe-se ao debate acerca dos *punitive damages*, sendo admitido apenas de modo excepcional, respeitando quatro requisitos: lei que autoriza o juiz a aplicar a indenização punitiva e limitando o poder do magistrado no arbitramento, a fixação do “caso-tipo”, a exposição do *quantum* indenizatório a título de *punitive damages* e, por fim, os destinatários do valor pago decorrente da indenização punitiva¹²⁰.

O quarto parâmetro diz respeito à condição econômica das partes, mais especificamente, a possibilidade da ocorrência de enriquecimento sem causa. Maria Celina Bodin de Moraes apresenta uma controvérsia existente quanto ao critério da condição socioeconômica do agente e da vítima, que combinado com a vedação ao enriquecimento sem causa, permite que o valor atribuído a título de danos morais seja menor para as pessoas mais carentes e maior para aquelas mais abastadas¹²¹.

Outrossim, Wesley de Oliveira Louzada Bernardo entende o parâmetro como equivocado, tendo em vista que no caso de uma vítima que fosse mais “afortunada”, o valor fixado seria maior, enquanto que para uma vítima com poucos recursos, o valor seria menor, tendo em vista que não poderia haver um enriquecimento sem causa¹²².

Para Maria Celina Bodin de Moraes, o argumento de se evitar o enriquecimento ilícito “parece configurar um mero pretexto”, tendo em vista que, juridicamente, a sentença é instrumento capaz de legitimar o pagamento de uma indenização a uma vítima, independente de sua condição socioeconômica. Desta forma, a condição econômica da vítima não seria um critério capaz de garantir a reparação integral da vítima¹²³.

¹²⁰ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* pp. 173-182.

¹²¹ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 298.

¹²² BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Op. Cit.* p. 185.

¹²³ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 302 e 306.

Entretanto, embora se entenda que a condição econômica da vítima não deva ser um dos critérios para a fixação da indenização, é importante que as condições pessoais da vítima sejam consideradas¹²⁴.

2. Parece haver perspectiva positiva para um projeto legislativo que pretenda estabelecer limitações aos valores pagos a título de dano moral por meio da criação de um sistema de critérios balizadores do exercício de prudência judicial na fixação de valores das indenizações (arbitramento).”¹²⁵

A pesquisa realizada pela FGV não encontrou problemas quanto a um projeto de lei que estabelecesse critérios para a quantificação da indenização por meio do sistema de arbitramento judicial¹²⁶.

O estudo realizado pela FGV concluiu que não existe uma grande discricionariedade quanto ao estabelecimento das indenizações por danos morais, fixando valores exorbitantes. Sustentou também que não há violação do princípio da igualdade. Sendo assim, a criação de uma lei regulamentadora seria desnecessária, tornando o sistema jurídico ainda mais complexo, podendo prejudicar a segurança jurídica¹²⁷.

Discussão importante e recorrente é o da chamada “Indústria do Dano Moral”. Assim, a fim de sanar a dúvida quanto à existência de uma “indústria do dano moral”, foi constatado que os valores concedidos são prevalentemente baixos. Sendo 38% correspondente às indenizações abaixo de R\$ 5.000,00; 43% entre R\$ 5.000,00 e 25.000,00; 11% entre R\$ 25.000,00 e R\$ 50.000,00; 5% entre R\$50.000,00 e R\$100.000,00; e 3% acima de R\$ 100.000,00¹²⁸.

¹²⁴ MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Op. Cit.* p. 307.

¹²⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Op. Cit.* p. 46.

¹²⁶ *Ibidem.* p. 44.

¹²⁷ *Ibidem.* p. 54.

¹²⁸ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Op. Cit.* p. 16.

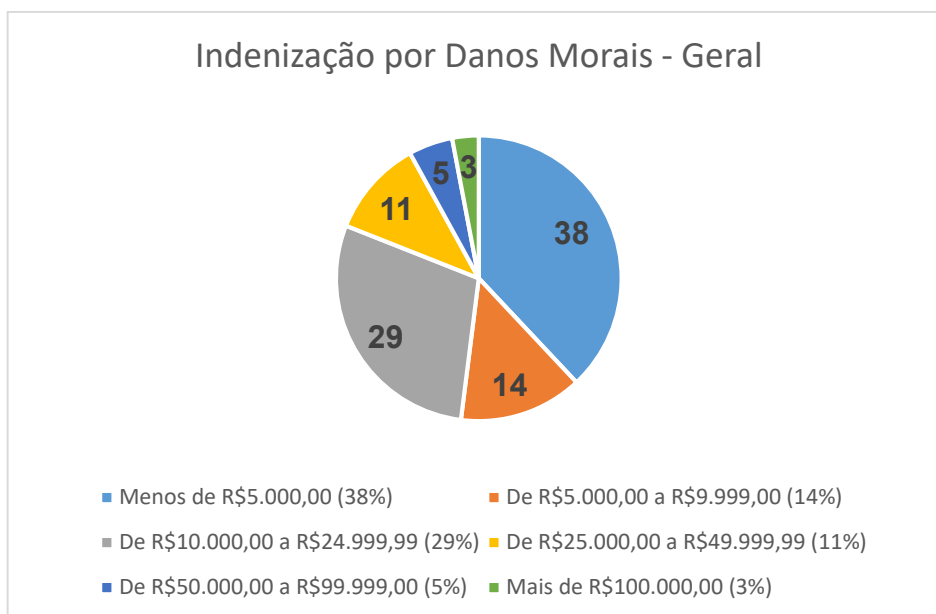


Gráfico I – Indenização por Danos Morais - Geral

Assim, o estudo conclui que, embora não existam critérios legais para a quantificação da indenização, a jurisprudência não tem aplicado a condenação em valores milionários, com fundamento na “proibição do enriquecimento sem causa” ¹²⁹.

¹²⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Op. Cit.* p. 18.

4. QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4.1. UM CASO PARADIGMÁTICO: O RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.393 DO STJ

O Recurso Especial nº 1.473.393 pacificou o entendimento entre as duas Turmas do Superior Tribunal de Justiça. O método bifásico, objeto do presente trabalho, já era aplicado pela 3ª Turma. Assim, com o REsp 1.473.393, a 4ª Turma também entendeu que o modelo bifásico é o mais adequado para a quantificação do dano moral, pacificando o entendimento quanto ao modelo utilizado para a fixação do *quantum* indenizatório a título de danos morais.

O fato que iniciou a discussão no Superior Tribunal de Justiça tem origem em uma entrevista, com supostos integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), concedida ao programa “Domingo Legal”, no ano de 2003. Os entrevistados faziam ameaças de morte contra o Oscar Roberto Godoi (ex-árbitro de futebol), José Luiz Datena (que era apresentador da Band) e Marcelo Rezende (que era apresentador da RedeTV!), dentre outros.

Entretanto, verificou-se que a matéria veiculada não condizia com a verdade dos fatos. Este caso, que levou à uniformização do entendimento quanto à aplicação do método bifásico, ficou conhecido como “a farsa do PCC”¹³⁰. Veja-se a ementa do caso julgado em sede de Recurso Especial pela 4ª Turma, do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. **DANO MORAL**. PROGRAMA TELEVISIVO. TRANSMISSÃO DE REPORTAGEM INVERÍDICA (CONHECIDA COMO “**A FARSA DO PCC**”). AMEAÇA DE MORTE POR FALSOS INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EFETIVO TEMOR CAUSADO NAS VÍTIMAS E NA POPULAÇÃO. ABUSO DO DIREITO DE INFORMAR. ACTUAL MALICE. QUANTUM INDENIZATÓRIO. **CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO**. (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

¹³⁰ MUNIZ, Mariana. STJ fixa critérios para indenização por danos morais. In: **Jota**, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://jota.info/justica/stj-fixa-criterios-para-indenizacao-por-danos-morais-10102016>>. Acesso: 04 jul. 2017.

De acordo com o membro do Ministério Público, estimou-se o seguinte:

A impropriedade do programa nesse particular foi grandiosa, pois segundo informações obtidas no site do SBT, **o potencial lesivo poderia alcançar 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de brasileiros, difusamente considerados em 98% do território nacional** (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016, p. 35)

Conforme o relatório do Ministro Relator do caso, Luis Felipe Salomão, o Ministério Público do Estado de São Paulo, ao constatar a falsidade da reportagem veiculada, propôs uma ação civil pública, que teve como uma de suas consequências um pedido de desculpas em um programa da emissora de televisão ré.

O valor arbitrado pelo juiz de 1º grau foi de R\$100.000,00 (cem mil reais). Apresentada a apelação, houve a majoração do *quantum* para R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), corrigida monetariamente desde o provimento jurisdicional que impôs a condenação¹³¹.

O REsp 1.473.393 foi interposto pela parte ré (Antonio Augusto de Moraes Liberato) com fulcro no artigo 105, III, “a” e “c”, da CF/88¹³²; art. 944, do CC¹³³; Súmula

¹³¹ CORREÇÃO MONETÁRIA - Termo inicial - Pretensão a que **a atualização ocorra a partir do provimento jurisdicional que impôs a condenação** - Cabimento - Hipótese, contudo, que a correção incide de 25.09.2006, quando o valor reparatório foi primeiramente definido - Mera adequação numérica do decreto condenatório nesta instância - Recurso da emissora parcialmente provido.

¹³² III - julgar, **em recurso especial**, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

¹³³ Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

362, do STJ¹³⁴; e arts. 128¹³⁵, 130¹³⁶, 267¹³⁷, 282¹³⁸, 330¹³⁹, 459¹⁴⁰, 460¹⁴¹ e 535¹⁴², do CPCP/73.

Em suma, o réu alegou, preliminarmente, a nulidade decorrente do cerceamento de defesa decorrente do julgamento antecipado da lide. Sustentando, ainda, que a decisão ultrapassou os limites admitidos pelo Código de Processo Civil de 1973. Ademais, também argumentou acerca da ilegitimidade da parte, tendo em vista que o recorrente apenas apresentava o programa no qual foi veiculada a matéria, não havendo qualquer relação com o dano causado. Subsidiariamente, requereu a redução do valor arbitrado a título de danos morais, conforme Súmula 362, do STJ.

A emissora ré também defendeu a redução do valor fixado, sob o argumento da inexistência de uma previsão legal para o caráter pedagógico punitivo. Ademais, afirmou que o recorrido, o ex-árbitro Oscar Roberto Godoi, “teve mais regozijo do que desgosto”¹⁴³, aproveitando-se da falsa notícia para promoção de seu próprio programa televisivo.

Em seu voto, o Ministro Luis Felipe Salomão entendeu que não houve a violação do art. 535, do CPC/73, conforme alegado pela parte ré. O relator aduziu que era dispensável a análise ponto a ponto pelo Tribunal do recurso interposto.

Interessante salientar a reminiscência do Ministro Relator ao REsp 878.334, no qual se entendeu desnecessária a reapreciação do conjunto fático probatório, com o fim de afastar qualquer alegação de incidência da Súmula 7, do STJ¹⁴⁴. Afastada a

¹³⁴ A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.

¹³⁵ Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

¹³⁶ Art. 130. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

¹³⁷ Este dispositivo elenca as hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito.

¹³⁸ Trata dos requisitos da petição inicial.

¹³⁹ Do Julgamento Antecipado da Lide

Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:

I - quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência;

II - quando ocorrer a revelia (art. 319).

¹⁴⁰ Art. 459. O juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá em forma concisa.

¹⁴¹ Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

¹⁴² Referentes às hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração.

¹⁴³ STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016. p. 3.

¹⁴⁴ Súmula 7. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

hipótese de reexame probatório, afirma o Relator que cabe a reavaliação de fatos incontroversos pelas partes e pelo órgão julgador. Neste sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 121, § 2º, IV DO CP. REEXAME E REVALORAÇÃO DE PROVAS. PRONÚNCIA. IN DUBIO PRO SOCIETATE. I - **A reavaliação da prova ou de dados explicitamente admitidos e delineados no decisório recorrido não implica no vedado reexame do material de conhecimento** (Precedentes). II - Em se tratando de crime afeto à competência do Tribunal do Júri, o julgamento pelo Tribunal Popular só pode deixar de ocorrer, provada a materialidade, caso se verifique ser despropositada a acusação, porquanto aqui vigora o princípio in dubio pro societate (Precedentes). III - Na hipótese vertente, o v. acórdão atacado, ao confirmar a r. decisão que havia impronunciado o recorrido, não evidenciou ser abusiva e despropositada a acusação. Desse modo, configurada a dúvida sobre a participação do recorrido nos fatos em apuração, deve-se levar a solução da causa ao Tribunal Popular, constitucionalmente encarregado desta missão (ex vi art. 5º, inciso XXXVIII, da CF). Recurso especial provido. (STJ – 5ª Turma – REsp 878.334/DF – Rel.: Min. Felix Fischer – j. 05/12/2006)

Quanto ao argumento do cerceamento da defesa decorrente do julgamento antecipado da lide e do julgamento *extra petita*, o Ministro votou no sentido pela rejeição da justificativa apresentada pela parte recorrente, tendo em vista que o feito foi suficientemente instruído, não sendo necessária a produção de outras provas, relembrando que a prova tem como destinatário o juiz para a formação de sua convicção. Assim, o STJ apenas reafirmou os fundamentos da sentença de 1º grau. Veja-se:

Desnecessária se revela a produção de prova do dano moral alegado na petição inicial; é notória a periculosidade e a audácia dos integrantes do PCC - facção recentemente ligada a atentados a alvos civis e militares e responsável pelo abalo da paz social no Estado de São Paulo -, o mesmo se podendo dizer do temor que suas ameaças incutem em pessoas de sensibilidade e inteligência medianas - sejam elas públicas ou não -, impondo-se a aplicação da norma contida no artigo 334, inciso I, do Código de Processo Civil.¹⁴⁵

¹⁴⁵ STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016. p. 10.

Além disso, o recorrente pugnou pelo indeferimento da petição inicial, tendo em vista que o feito não foi instruído com a fita original da reportagem exibida. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que não havia a necessidade da referida prova, por conta da notoriedade do caso.

Quanto ao mérito, o primeiro ponto tratado no voto do Ministro Relator Luis Felipe Salomão foi o direito à liberdade de expressão, disposto no artigo 5º, IX¹⁴⁶, e artigo 221¹⁴⁷, ambos da CF/88. A partir destes dois dispositivos, concluiu-se que a Constituição Federal de 1988 garante o direito de informar e o direito de ser informado.

O relator retoma outro julgado no qual houve um estabelecimento de uma definição do que é a imprensa pelo Supremo Tribunal Federal, na ADPF 130. Veja-se:

A imprensa como plexo ou conjunto de "atividades" ganha a dimensão de instituição-ideia, de modo a poder influenciar cada pessoa de per se e até mesmo formar o que se convencionou chamar de opinião pública. Pelo que ela, Constituição, destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do Estado e da própria sociedade. A imprensa como alternativa à explicação ou versão estatal de tudo que possa repercutir no seio da sociedade e como garantido espaço de irrupção do pensamento crítico em qualquer situação ou contingência. **Entendendo-se por pensamento crítico o que, plenamente comprometido com a verdade ou essência das coisas, se dota de potencial emancipatório de mentes e espíritos.** (STF – Tribunal Pleno – ADPF 130 – DF – Rel.: Min. Carlos Brito – j. 30/04/2009).

Conforme ementa do REsp 1.473.393, o voto do Relator, bem como da ADPF 130, concluiu-se que há um caráter dúplice quanto ao direito de informar e ser informado. Desta forma, é necessário que a notícia seja verídica. Caso se ultrapasse

¹⁴⁶ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

¹⁴⁷ Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

a finalidade do direito protegido constitucionalmente, pode haver a responsabilização daquele que pratica qualquer ato abusivo. Ademais, além do caráter dúplice, faz-se uma pequena referência à função social da imprensa.

Assim, por ter instaurado um temor na sociedade sob uma informação falaciosa, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que houve um abuso do direito de informar, pois faltou o elemento da veracidade na informação veiculada.

(...) 1. A liberdade de informação, sobretudo quando potencializada pelo viés da liberdade de imprensa, assume um caráter dúplice. Vale dizer, é direito de informação tanto o direito de informar quanto o de ser informado, e, por força desse traço biunívoco, a informação veiculada pelos meios de comunicação deve ser verdadeira, já que a imprensa possui a profícua missão de "difundir conhecimento, disseminar cultura, iluminar as consciências, canalizar as aspirações e os anseios populares, enfim, orientar a opinião pública no sentido do bem e da verdade". (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

Entretanto, segundo o julgado, também não se exige da imprensa a publicação de verdades absolutas, tendo em vista que existem informações que necessitam de conhecimento técnico específico. Desta forma, não tendo a imprensa os meios necessários para a averiguação precisa de determinadas informações, admite-se um grau de inexatidão que não desvirtue por completo a notícia.

2. Se, por um lado, não se permite a leviandade por parte da imprensa e a publicação de informações absolutamente inverídicas que possam atingir a honra da pessoa, não é menos certo, por outro lado, que da atividade jornalística não são exigidas verdades absolutas, provadas previamente em sede de investigações no âmbito administrativo, policial ou judicial.

Embora exista uma relativização quanto a ocasionais falhas que a imprensa possa vir a praticar, destaca-se que não há como se relativizar aqueles fatos nos quais existe uma “conduta negligente e irresponsável” em divulgar informação falsa com a mera finalidade midiática em detrimento da verdade noticiada.

Em um segundo momento, após a discussão acerca dos limites da imprensa e a sua finalidade, discutiu-se a aplicação da Lei de Imprensa (Lei 5.250/67). Entretanto, foi decidido pelo STF a não recepção do referido diploma normativo, no julgamento da ADPF 130. Consagrando, assim, a liberdade da imprensa, bem como do sistema democrático. Neste sentido é o voto do Ministro Celso de Mello:

Vê-se, pois, que a crítica jornalística, quando inspirada pelo interesse público, não importando a acrimônia e a contundência da opinião manifestada, ainda mais quando dirigida a figuras públicas, com alto grau de responsabilidade na condução dos negócios do Estado, não traduz nem se reduz, em sua expressão concreta, à dimensão de abuso da liberdade de imprensa, não se revelando suscetível, por isso mesmo, em situações de caráter ordinário, à possibilidade de sofrer qualquer repressão estatal ou de se expor a qualquer reação hostil do ordenamento positivo (STF – Tribunal Pleno – ADPF 130 – DF – Rel.: Min. Carlos Brito – j. 30/04/2009)

Outrossim, no mesmo sentido do julgado supracitado, o Ministro Luis Felipe Salomão votou no sentido de que a veiculação da matéria televisiva deve ter como parâmetro o interesse público. Desta forma, tendo em vista que a falsa notícia gerou temor social, tendo a finalidade de aumentar a audiência do programa, houve o abuso do direito de informação, bem como a responsabilização daqueles que divulgaram tais informações:

5. Apesar do aparente interesse público, inclusive por trazer à baila notícia atemorizando pessoas com notoriedade no corpo social, percebe-se, no caso, que, em verdade, o viés público revelou-se inexistente, porquanto a matéria veiculada era totalmente infundada, carregada de conteúdo trapaceiro, sem o menor respaldo ético e moral, com finalidade de publicação meramente especulativa e de ganho fácil.

6. Na hipótese, verifica-se o abuso do direito de informação na veiculação da matéria, que, além de não ser verdadeira, propalava ameaças contra diversas pessoas, mostrando-se de inteira responsabilidade dos réus o excesso cometido, uma vez que - deliberadamente - em busca de maior audiência e, conseqüentemente, de angariar maiores lucros, sabedores da falsidade ou, ao menos, sem a diligência imprescindível para a questão, autorizaram a transmissão da reportagem, **ultrapassando qualquer limite razoável do direito de se comunicar**. (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

Assim, pondera o acórdão no sentido de que entre a liberdade de informar e a proteção dos direitos da personalidade o que deve prevalecer não é nem um nem o outro, mas é o interesse público. Ou seja, as notícias devem ter como finalidade a informação do público e não a criação de um temor na sociedade visando um “ganho fácil”.

3. Nesta seara de revelação pela imprensa de fatos da vida íntima das pessoas, o digladiar entre o direito de livre informar e os direitos de personalidade deve ser balizado pelo interesse público na informação veiculada, para que se possa inferir qual daqueles direitos deve ter uma maior prevalência sobre o outro no caso concreto. (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

Como visto, o dano moral não necessita de prova para a sua configuração, basta a comprovação do evento danoso. Entretanto, no caso de pessoas públicas, há uma mitigação dessa desnecessidade de produção probatória. Assim, há uma preponderância entre o direito de informar e a vedação à censura em face dos direitos da personalidade.

Assim, conforme o voto do Ministro Relator, reconhece-se que as pessoas públicas estão à mercê da exposição midiática e da crítica. Entretanto, especificamente no presente caso, houve o reconhecimento do dano moral, ainda que as vítimas tenham sido pessoas públicas.

4. A jurisprudência do STJ entende que "não se exige a prova inequívoca da má-fé da publicação ('actual malice'), para ensejar a indenização" (REsp 680.794/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 17/06/2010, DJe 29/06/2010). (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

Por fim, foi tratado do tema que será visto mais profundamente a seguir, a quantificação do dano moral. O Ministro Relator asseverou a dificuldade de se estabelecer um *quantum* indenizatório que atenda a extensão do dano causado.

Desta forma, o que se busca com a aplicação do novo método é a aplicação sistemática, sob parâmetros objetivos, que evitem a arbitrariedade. Nesta esteira, discutiu-se a aplicação do método bifásico. Este modelo já era aplicado na 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. Assim, foi uniformizado o entendimento para a fixação do valor indenizatório¹⁴⁸.

Conforme visto anteriormente, a parte recorrente requereu a redução do valor arbitrado pelo juízo *a quo*, fixado em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Entretanto, por meio da aplicação do modelo bifásico, entendeu-se que tal valor foi proporcional e razoável à lesão causada pela matéria veiculada, considerando o temor gerado na sociedade e nas vítimas da reportagem veiculada.

7. Na espécie, não se trata de mera notícia inverídica, mas de ardil manifesto e rasteiro dos recorrentes, que, ao transmitirem reportagem sabidamente falsa, acabaram incidindo em gravame ainda pior: percutiram o temor na sociedade, mais precisamente nas pessoas destacadas na entrevista, com ameaça de suas próprias vidas, o que ensejou intenso abalo moral no recorrido, sendo que o arbitramento do dano extrapatrimonial em R\$ 250 mil, tendo em vista o critério bifásico, mostrou-se razoável.

Assim, aprofunda-se o estudo quanto ao método bifásico para a quantificação do valor indenizatório nos danos extrapatrimoniais.

4.2. MODELO BIFÁSICO DE QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS

Importante destacar, novamente, que o valor arbitrado pelo magistrado deve ser fixado a fim de consolar a vítima e também desestimular o réu a persistir na conduta errônea, observando as condições pessoais das partes. Ademais, a indenização por danos morais não se presta para fazer a fortuna do lesado, devendo ser fixada com observância do princípio da razoabilidade¹⁴⁹.

¹⁴⁸ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **Quarta Turma adota método bifásico para definição de indenização por danos morais**. Brasília, 2016 em: <https://goo.gl/hiXTqe>. Acesso: 04 jul. 2017.

¹⁴⁹ Deste modo, a indenização por dano moral deve ser fixada de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, comportando redução quando fixada em montante excessivo, ou então majoração, caso seja a situação inversa. (TJPR - 1ª

Ademais, saliente-se, novamente, que a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça já adotava o critério bifásico para a fixação da indenização a título de dano moral. A decisão da Quarta Turma apenas veio para pacificar e uniformizar o entendimento quanto ao método a ser utilizado¹⁵⁰. Veja-se:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. **MÉTODO BIFÁSICO**. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. 1. Discussão restrita à quantificação da indenização por dano moral sofrido pelo devedor por ausência de notificação prévia antes de sua inclusão em cadastro restritivo de crédito (SPC). 2. Indenização arbitrada pelo tribunal de origem em R\$ 300,00 (trezentos reais). 3. Dissídio jurisprudencial caracterizado com os precedentes das duas turmas integrantes da Segunda Seção do STJ. **4. Elevação do valor da indenização por dano moral na linha dos precedentes desta Corte, considerando as duas etapas que devem ser percorridas para esse arbitramento. 5. Na primeira etapa, deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes. 6. Na segunda etapa, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.** 7. Aplicação analógica do enunciado normativo do parágrafo único do art. 953 do CC/2002. 8. Arbitramento do valor definitivo da indenização, no caso concreto, no montante aproximado de vinte salários mínimos no dia da sessão de julgamento, com atualização monetária a partir dessa data (Súmula 362/STJ). 9. Doutrina e jurisprudência acerca do tema. 10. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (STJ – 3ª Turma – REsp 1152541 – RS – Rel.: Min. Paulo de Tarso Sanseverino – j. 13/09/2011)

Assim, conforme entendimento pacificado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, nos casos em que há fixação de indenização decorrente de danos morais, aplica-se o modelo bifásico de fixação de indenização. Tal modelo consiste em uma

C.Cível - AC - 1614032-4 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Regional de Cambé - Rel.: Rubens Oliveira Fontoura - Unânime - j. 11.04.2017)

¹⁵⁰ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **Quarta Turma adota método bifásico para definição de indenização por danos morais**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/hiXTqe>. Acesso: 04 jul. 2017.

dupla fase para a fixação do dano moral, avaliando tanto as circunstâncias quanto o interesse jurídico tutelado¹⁵¹.

Na primeira fase, cabe o arbitramento do valor base da indenização, considerando a jurisprudência em casos semelhantes referentes ao mesmo interesse jurídico lesado. Garantindo, assim, um tratamento inicial mais igualitário em casos análogos¹⁵².

9. Na primeira fase, o valor básico ou inicial da indenização é arbitrado tendo-se em conta o interesse jurídico lesado, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (grupo de casos). (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

Na segunda fase do modelo bifásico há o arbitramento definitivo da indenização, ajustando o seu valor diante das circunstâncias e peculiaridades do caso (a gravidade do fato, da culpabilidade, condição econômica das partes, intensidade do sofrimento das vítimas), majorando ou minorando o valor anteriormente fixado¹⁵³:

10 . Na segunda fase, ajusta-se o valor às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes), procedendo-se à fixação definitiva da indenização, por meio de arbitramento equitativo pelo juiz. (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

Desta forma, entende o Superior Tribunal de Justiça que, aplicando o método bifásico, há um arbitramento da indenização de forma mais equitativa, considerando o interesse jurídico lesado, bem como as peculiaridades de cada caso.

¹⁵¹ STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016

¹⁵² “Na primeira fase, o valor básico ou inicial da indenização é arbitrado tendo-se em conta o interesse jurídico lesado, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (grupo de casos).” (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

¹⁵³ “Na segunda fase, ajusta-se o valor às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes), procedendo-se à fixação definitiva da indenização, por meio de arbitramento equitativo pelo juiz.” (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

No caso paradigma do presente estudo, ao fim do voto do relator e seguindo os parâmetros do modelo exposto no presente trabalho, foram apresentados oito casos semelhantes, julgados pelo Superior Tribunal de Justiça: REsp 731.593/SE; REsp 351.779/SP (“Caso da Escola Base”); REsp 438.696/RJ; REsp 295.175/RJ; AgRg no Ag 1.151.052/SP (“farsa do PCC”, com relação a outra vítima); REsp 838.550/RS; AgEg no AREsp 768.560/MT; e AgRg no AREsp 313.672/SP. Os valores fixados constam na tabela abaixo:

JULGADO	Majorou/Reduziu/Manteve o valor arbitrado	Valor
REsp 731.593/SE	Reduziu (arbitrado inicialmente em R\$1.000.000,00)	R\$300.000,00
REsp 351.779/SP (“Caso da Escola Base”)	Majorada (arbitrado inicialmente em R\$100.000,00)	R\$250.000,00 para cada um dos recorrentes
REsp 438.696/RJ	Mantida	R\$300.000,00
REsp 295.175/RJ	Reduziu (arbitrado inicialmente em R\$200.000,00)	R\$100.000,00
AgRg no Ag 1.151.052/SP (“farsa do PCC”, com relação a outra vítima)	Mantida	R\$375.000,00
REsp 838.550/RS	Reduziu (arbitrado em 1.000 (um mil) salários mínimos)	R\$200.000,00 para cada um dos demandantes

AgEg no AREsp 768.560/MT	Mantida	R\$300.000,00
AgRg no AREsp 313.672/SP	Mantida	R\$150.000,00

Tabela I – Casos utilizados no REsp 1.473.393 como parâmetro para a aplicação da primeira fase do método bifásico

Assim, entendeu-se que o valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) apresentou-se em conformidade com o entendimento jurisprudencial.

Na segunda fase, foram avaliadas a gravidade do fato, a responsabilidade dos agentes e a condição econômica. Quanto ao primeiro parâmetro, entendeu-se que houve um dano moral de “grande e intensa proporção”. Com relação ao segundo parâmetro, houve a confirmação do que foi decidido pelo juízo *a quo*, ou seja, reconheceu-se a culpa grave dos agentes. Por fim, também se confirmou a decisão do juízo *a quo*, com relação à condição dos ofensores, repetindo que:

uma indenização de R\$375.000,00 não é metade do que o SBT paga a pessoas que vão enfrentando perguntinhas de múltipla escolha sobre determinados assuntos e figuras, de interesse da audiência; é, na balança dos valores, migalha do salário do autor da farsa. (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

Considerando também a condição da vítima que:

em razão da especificidade própria à cada vítima, componente indissociável da valoração dessa espécie de verba reparatória, não se pode perder de vista que o autor - 'à época - capitaneava conhecido programa de jornalismo televisivo policial (sensacionalista), circunstância que o preparava - ao menos do ponto de vista hipotético' - para situações como a da espécie; daí porque - conquanto majorada - sua indenização não atingirá o parâmetro, da referência (STJ – 4ª Turma - REsp 1473393 – São Paulo - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - Unânime - j. 04.10.2016)

Assim, Superior Tribunal de Justiça entendeu que o valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo foi proporcional e razoável à lesão causada pela matéria veiculada, considerando o temor gerado na sociedade e nas vítimas da reportagem veiculada. Ademais, frisou que, quanto às outras vítimas, o valor arbitrado foi de R\$375.000,00.

7. Na espécie, não se trata de mera notícia inverídica, mas de ardil manifesto e rasteiro dos recorrentes, que, ao transmitirem reportagem sabidamente falsa, acabaram incidindo em gravame ainda pior: percutiram o temor na sociedade, mais precisamente nas pessoas destacadas na entrevista, com ameaça de suas próprias vidas, o que ensejou intenso abalo moral no recorrido, sendo que o arbitramento do dano extrapatrimonial em R\$ 250 mil, tendo em vista o critério bifásico, mostrou-se razoável.

4.3. O ACOLHIMENTO DO MODELO BIFÁSICO DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL NOS TRIBUNAIS ESTADUAIS

Conforme o relatório do Conselho Nacional de Justiça, foram totalizados 2.477.619 processos envolvendo indenização por danos morais, decorrentes da responsabilidade civil (Direito Civil) e responsabilidade do fornecedor (Direito do Consumidor)¹⁵⁴.

Quanto ao TJPR, o relatório do Conselho Nacional de Justiça informou que a indenização por Dano Moral decorrente da responsabilidade civil totalizou 34.202 processos, ocupando o 9º lugar dos assuntos mais recorrentes no TJPR e o 6º dentre as matérias de Direito Civil¹⁵⁵.

De acordo com o artigo 90, IV, “a”, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná¹⁵⁶, cabe à Oitava, à Nona e à Décima Câmara Cível as ações que tratam da responsabilidade civil, excetuadas àquelas ações que envolvam

¹⁵⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números – 2016**: ano base- 2015. Brasília, 2016. p. 16.

¹⁵⁵ *Ibidem*. p. 48.

¹⁵⁶ Art. 90. Às Câmaras Cíveis serão distribuídos os feitos atinentes a matéria de sua especialização, assim classificada:

IV - à Oitava, à Nona e à Décima Câmara Cível:

a) ações relativas a responsabilidade civil, inclusive as decorrentes de acidente de veículo e de acidente de trabalho, excetuada a competência prevista na alínea b do inciso I deste artigo;

“pessoa jurídica de direito público ou respectivas autarquias, fundações de direito público e entidades paraestatais”¹⁵⁷. Assim, a presente pesquisa terá como escopo a 8ª, 9ª e 10ª Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Foram localizados 8.975 registros referentes aos danos morais nas referidas Câmaras, entre o período de 04 de Outubro de 2016 e 04 de Outubro de 2017. Dentre estes casos, houve 219 ocorrências da aplicação do método bifásico aos processos envolvendo danos morais¹⁵⁸.

Destes, em 75 casos o valor fixado foi majorado (34,25%); o valor foi mantido em 86 processos (39,27%); houve a redução em 14 (6,39%); não foram encontradas as informações em 43 casos (19,63%); e 1 estava sob segredo de justiça (0,45%). Pode-se conferir, no gráfico abaixo, os percentuais, conforme apresentado anteriormente.

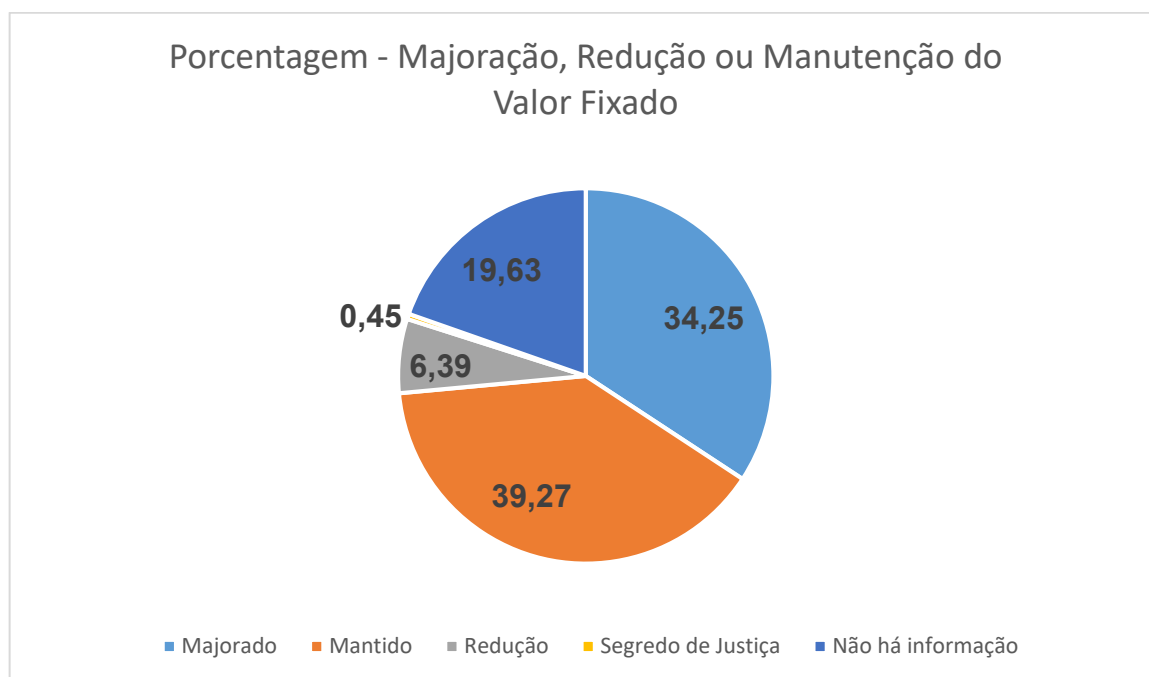


Gráfico II – majoração, redução ou manutenção do valor fixado

¹⁵⁷ I - à Primeira, à Segunda e à Terceira Câmara Cível:

b) ações relativas a responsabilidade civil em que for parte pessoa jurídica de direito público ou respectivas autarquias, fundações de direito público e entidades paraestatais;

¹⁵⁸ Foram utilizados os seguintes critérios para a presente pesquisa:

Tipo de Decisão: Acórdão, decisão monocrática

Âmbito: Turmas Recursais, 2º Grau

Local de pesquisa: em ambas

Critério de Pesquisa: danos morais método bifásico

Como uma primeira conclusão, verifica-se que o valor foi mantido ou majorado em, aproximadamente, 73,52% dos casos. O que demonstra, *prima facie*, que a aplicação de tal método é benéfico para a parte autora do processo.

Outro dado relevante para o presente estudo trata-se do provimento, desprovimento ou parcial provimento do recurso. Da análise dos julgados, 80 foram parcialmente procedentes (36,53%), 55 foram providos (25,11%) e 53 desprovidos (24,2%). Ademais, 24 foram interpostos pelas duas partes (11%) e 1 por três interessados no processo (0,45%). Dois são Embargos de Declaração (0,9%) e 1 tramitou sob segredo de justiça (0,45%). Por fim, em três casos não foi possível a análise acerca do provimento ou desprovimento do recurso.

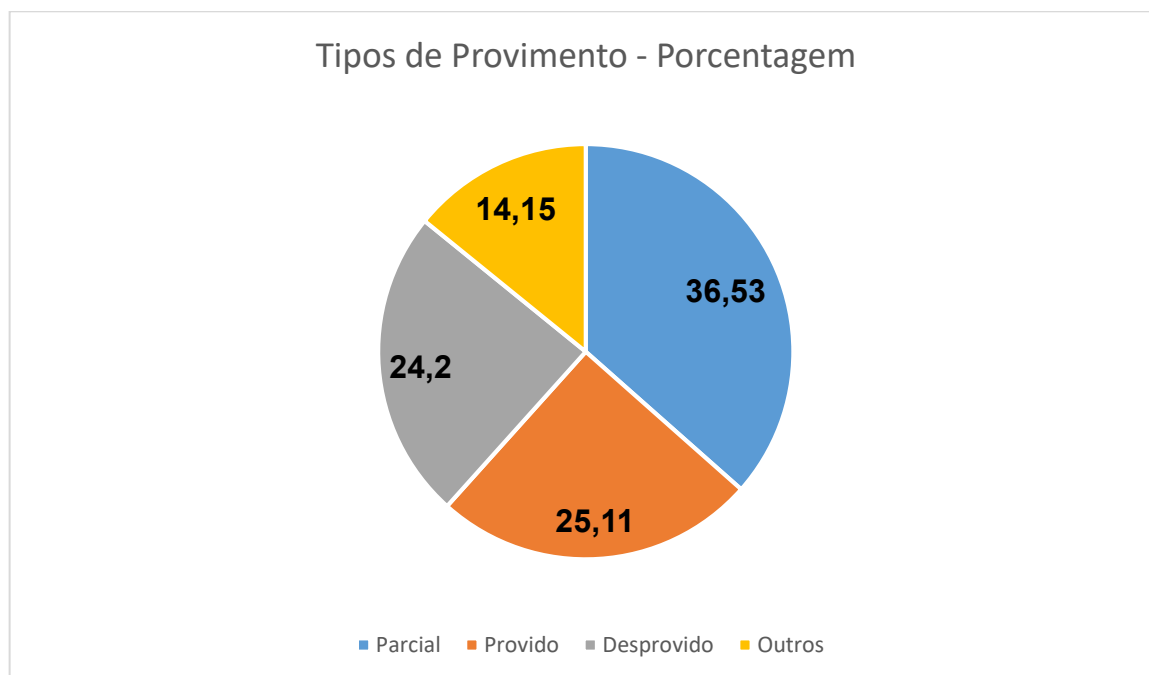


Gráfico III – tipos de provimento (porcentagem)

Como uma segunda conclusão, tem-se que: nos casos de provimento, 22 foram majorados, 5 mantidos e em 28 não foi possível a identificação se houve alteração no valor fixado; nos casos de desprovimento, 52 foram mantidos e em 1 caso não foi possível a identificação; nos casos de parcial provimento, 36 foram majorados, 13 reduzidos, 23 mantidos e em 8 não foi possível verificar se houve

alguma mudança no *quantum*. Nos demais casos, 17 foram majorados, 1 reduzido, 6 mantidos e em 7 casos não foi possível a identificação.

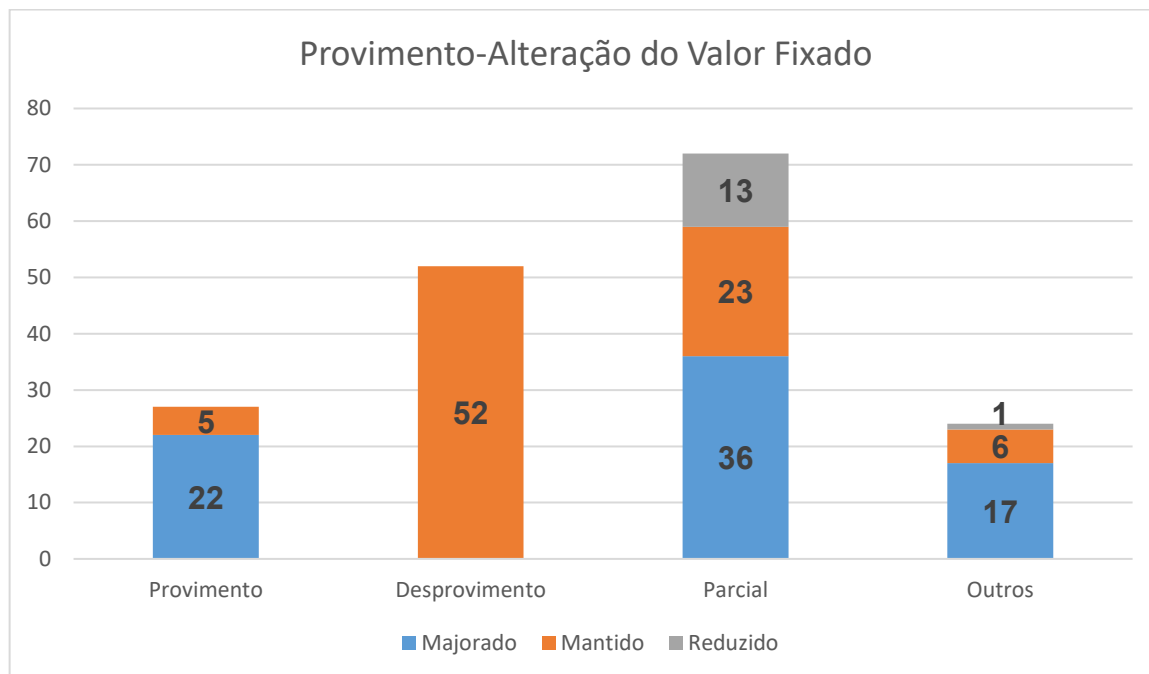


Gráfico IV – relação entre provimento e alteração do valor fixado

Com relação às Câmaras, verifica-se que a 8ª Câmara Cível decidiu em 187 casos; a 9ª Câmara Cível em 9; e a 10ª Câmara Cível em 23. Desta forma, é evidente a preponderância com que a 8ª Câmara vem aplicando o método bifásico em suas decisões.

Quanto aos relatores, constata-se que o Desembargador Clayton de Albuquerque Maranhão foi relator em 153 processos; o Magistrado Luiz Cezar Nicolau, em 30 processos; o Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Carlos Henrique Licheski Klein, em 20 processos; e os Magistrados Guilherme Freire de Barros Teixeira (3), Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso (4), Guilherme Frederico Hernandes Denz (1), Luis Sérgio Swiech (4), José Augusto Gomes Ancioto (1) e Coimbra de Moura (3) totalizaram 16 casos.

Acrescente-se que 74 processos tiveram origem na comarca de Curitiba; 25 em Londrina; 16 em Guaraniaçu; 11 em Ponta Grossa; 8 em São José dos Pinhais; 7 em Foz do Iguaçu; 6 em Catanduvas; 5 em Colombo; 5 em Loanda; 5 em Umuarama;

4 em Cascavel; 3 em Apucarana; 3 em Arapongas; 3 em Ribeirão do Pinhal; 2 em Campina Grande do Sul; 2 em Campo Mourão; 2 em Colorado; 2 em Fazenda Rio Grande; 2 em Paranavaí; 2 em Pato Branco; 2 em Rolândia; 2 em Terra Rica; e, por fim, 1 processo em cada comarca listada a seguir: Almirante Tamandaré, Arapoti, Araucária, Bocaiúva do Sul, Cambará, Cambé, Campo Largo, Cianorte, Coronel Vivida, Cruzeiro do Oeste, Francisco Beltrão, Guaíra, Guaraniaçu, Guarapuava, Guarapuava, Marialva, Medianeira, Nova Esperança, Nova Londrina, Palotina, Paranaguá, Peabiru, Pinhais, Pinhão, Reserva, Ribeirão do Pinhal, Santa Helena e União da Vitória.

Outro dado interessante deduzido dos acórdãos analisados são os períodos nos quais foram julgados os 219 casos no decorrer do ano. De Outubro de 2016 a Dezembro de 2016 foram julgados 49 processos com a aplicação do método bifásico. Por sua vez, de Janeiro de 2017 a Outubro de 2017 o referido método foi aplicado em 170 casos.

Ademais, verifica-se que o mês que mais foram julgados casos de danos morais com aplicação do método bifásico foi em Julho de 2017, com 35 processos. Conforme gráfico a seguir:

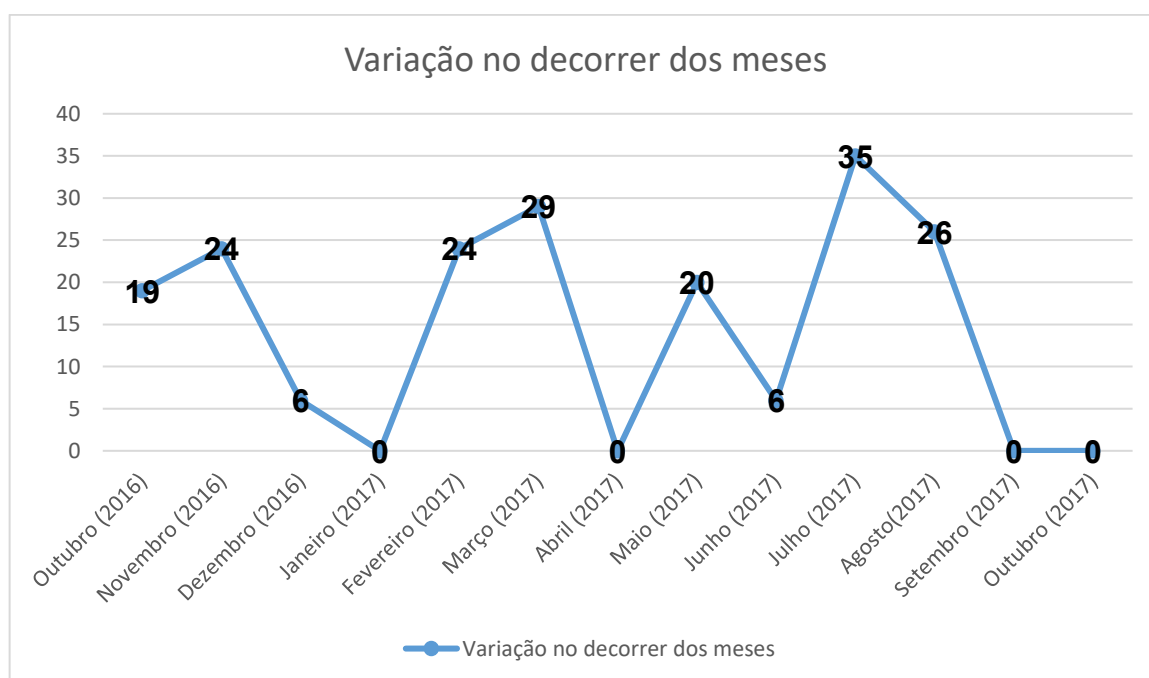


Gráfico V – Variação no julgamento no decorrer dos meses

Saliente-se que no mês de Outubro de 2017 não foi realizada a sessão de julgamento até a data da colheita de dados. Desta forma, não foi possível coletar tais informações.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como perspectiva principal a pesquisa da fixação da indenização a título de danos morais por meio do método bifásico, tendo em vista que a utilização do modelo foi pacificado pelas duas Turmas do Superior Tribunal de Justiça responsáveis em julgar questões de Direito Privado.

Desta forma, foram analisados os pressupostos da responsabilidade civil, sob a visão de Fernando Noronha (fato antijurídico, nexos de imputação, nexos de causalidade e dano) a fim de identificar o dano moral dentro de um contexto geral. Assim, também foi apresentado o histórico dos danos morais desde a sua negação até a atual aceitação e discussão.

Um segundo passo foi um breve estudo dos três principais critérios para a fixação do *quantum* indenizatório nos casos de danos morais: o critério matemático, o critério do tabelamento e o critério do arbitramento judicial, bem como as suas ramificações. Tais critérios foram expostos para compreender a importância do modelo bifásico.

Em terceiro lugar, analisou-se o acórdão paradigma que pacificou o entendimento acerca da aplicação do método bifásico para a fixação do valor fixado a título de danos morais. Foram analisados os argumentos e os julgados utilizados pelo Ministro Relator Luis Felipe Salomão. Assim, foi feito um estudo jurisprudencial da aplicação do modelo estudado no Tribunal de Justiça do Paraná.

Por meio dos dados colhidos, pode-se concluir que, embora o método seja aplicado, correspondeu apenas a 2,44% de todos os casos referentes a danos morais julgados em 2º grau pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Ou seja, é necessário que o modelo seja amplamente difundido, tendo em vista a fixação de um valor mais adequado a cada caso.

Ademais, o método também é importante para a efetivação do artigo 5º, LV, CF/88, ao dispor sobre o contraditório e a ampla defesa. Pois, o modelo proposto apresenta os fundamentos, argumentos e parâmetros para a fixação de um valor indenizatório mais adequado a cada caso. Permitindo, assim, que as partes possam interpor recurso para que o valor arbitrado seja o mais equitativo possível para o caso.

Conclui-se que, embora o modelo bifásico traga o ônus de uma redução na celeridade processual, tendo em vista a observância do magistrado aos parâmetros objetivos estabelecidos pelo método, verifica-se que também há o benefício de uma fundamentação mais robusta que dê um certo grau de certeza e previsibilidade ao processo, conforme artigo 93, IX, da CF/88.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Verônica Vieira. **As teorias da causalidade no direito brasileiro comparadas com o *common law***. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=539fd53b59e3bb12>>.

BELMONTE. Alexandre Agra. Dosimetria do Dano Moral. In: **Revista do TST**, Brasília. Vol. 79, nº 2, abr/jun, 2013.

BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral**: critérios de fixação de valor. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). **REsp 1473393**. São Paulo. Rel.: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em: 04/10/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). **REsp 1473393**. São Paulo. Rel.: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em: 04/10/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). **REsp 1473393**. São Paulo. Rel.: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em: 04/10/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1197284**. Rel.: Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 23/10/2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. 2ª Turma. **RT 244/629**. Julgado em: 06/08/1948.

CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

CHAVES, Guilherme Grandmasson Ferreira. **Critérios do Dano Moral**. Artigo científico (pós-graduação em Direito) – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números – 2016**: ano base-2015. Brasília, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: teoria geral do Direito Civil. Vol. 1. 24ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A quantificação do Dano Moral no Brasil**: justiça, segurança e eficiência. Série Pensando o Direito. São Paulo, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Responsabilidade civil. Vol 4. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JOSSERAND, Louis. Evolução da Responsabilidade Civil. *In*: **Revista Forense**, Rio de Janeiro. Vol. LXXXVI, ano XXXVIII, Fascículo 454, pp. 548-559. Abril, 1941.

MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. **Danos à Pessoa Humana**: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MUNIZ, Mariana. STJ fixa critérios para indenização por danos morais. *In*: **Jota**, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://jota.info/justica/stj-fixa-criterios-para-indenizacao-por-danos-morais-10102016>>. Acesso: 04 jul. 2017.

NERY, Rosa Maria Barreto Borrielo de Andrade. Dano Moral e Patrimonial: fixação do valor indenizatório. *In*: **Revista de Direito Privado**. Vol. 21/2005. pp. 11-21. Jan-mar, 2005.

NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná (1ª Câmara Cível). **Apelação Cível 1614032-4**. Região Metropolitana de Londrina. Foro Regional de Cambé. Rel.: Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 11/04/2017

REIS, Clayton. **Avaliação do Dano Moral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. ROMERO, Micaela Aparecida Pasa. **A responsabilidade civil do médico por omissão de informação**. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/Jo7fFA>> Acesso em: 22/10/2017.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 334, 2008**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/87299/pdf>>

SOUTO, Thiara Viana Coelho; DIAS, Luciano Souto. Critérios para a Fixação do Quantum nas Indenizações por Danos Morais no Âmbito Cível à Luz da Dignidade Humana. In: **Revista Online Fadivale**. Ano III, nº4, 2008 - Governador Valadares - Minas Gerais. Disponível em: <https://goo.gl/Ac0Ttz>. Acesso em: 13/02/2017.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **Quarta Turma adota método bifásico para definição de indenização por danos morais**. Brasília, 2016 em: <https://goo.gl/hiXTqe>. Acesso: 04 jul. 2017.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **Quarta Turma adota método bifásico para definição de indenização por danos morais**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/hiXTqe>. Acesso: 04 jul. 2017.

ANEXO I – TABELAS – DANOS MORAIS

1 – DANOS MORAIS DECORRENTE DE AÇÃO FÍSICA
1.1 – Lesão física transitória/leve (ferimentos): a) Mínimo – 10 SM b) Máximo – 100 SM
1.2 – Lesão física permanente/grave (aleijão): a) Mínimo – 100 SM b) Máximo – 300 SM
1.3 – Lesão física gravíssima (morte): a) Mínimo – 300 SM b) Máximo – 10.800 SM

2 – DANOS MORAIS DECORRENTES DE ATOS/FATOS
2.1 – Lesão psíquica leve: a) Mínimo – 5 SM b) Máximo – 50 SM
2.2 – Lesão psíquica grave: a) Mínimo – 50 SM b) Máximo – 500 SM
2.3 – Lesão psíquica gravíssima: a) Mínimo – 500 SM b) Máximo – 3600 SM

3 – EQUAÇÃO PARA CÁLCULO DO DANO MORAL

$$3.1 \text{ VI} = \frac{SE(v) + (MD)^2 - QE(r)}{SE(r)}$$

3.2 – Elementos da equação:

VI = valor da indenização

SE(v) = Situação econômica da vítima

SE(r) = Situação econômica do réu

MD = magnitude do dano

QE = Quociente de entendimento

4 – TABELA DE VALORES

4.1 – Situação econômica do RÉU-SE(r)

4.1.1 – Péssima = 90 - 100

4.1.2 – Ruim = 70 - 80

4.1.3 – Razoável = 50 - 60

4.1.4 – Boa = 30 - 40

4.1.5 – Excelente = 1 - 20

4.2 – Magnitude do Dano (MD)

4.2.1 – Levíssimo = 0 - 25

4.2.2 – Leve = 26 - 50

4.2.3 – Grave = 51 - 75

4.2.4 – Gravíssimo = 76 - 100

4.3 – Situação econômica da vítima (SE^v)

4.3.1 – Péssima = 800 – 1.000

4.3.2 – Ruim = 1001 – 1.200

4.3.3 – Razoável = 1.201 – 1.400

4.3.4 – Boa = 1.401 - 1600

4.3.5 – Excelente = 1.601 – 1.800

4.4 – Quociente de entendimento do lesionado (QE^l)

4.4.1 – Inferior = 700 – 1.000

4.4.2 – Médio = 500 - 700

4.4.3 – Elevado = 300 - 100

4.4.4 – Superior = 100 - 0

ANEXO II – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2008.**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2008**

Regulamenta o dano moral e a sua reparação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A indenização do dano moral, quando devida, será fixada em conformidade com o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Sempre que possível, tempestiva e suficiente, a reparação natural terá preferência sobre a pecuniária.

Art. 2º Considera-se dano moral toda ação ou omissão que ofenda o patrimônio ideal da pessoa física ou jurídica e dos entes políticos.

§ 1º O dano à imagem das pessoas jurídicas será verificado depois de aferida a repercussão material do fato.

§ 2º O simples aborrecimento não gera direito a indenização.

Art. 3º Ressalvada da hipótese de reparação natural tempestiva e suficiente, a indenização a que se refere o art. 1º tem caráter exclusivamente compensatório e a sua fixação deverá considerar:

I—o bem jurídico ofendido;

II—a posição socioeconômica da vítima;

III—a repercussão social e pessoal do dano;

IV—a possibilidade de superação psicológica do dano, quando a vítima for pessoa física, e de recomposição da imagem econômica ou comercial, quando pessoa jurídica;

V—a extensão da ofensa e a duração dos seus efeitos;

VI—o potencial inibitório do valor estabelecido.

Parágrafo único. Na apreciação da demanda, o juiz poderá considerar outros elementos que determinem a gravidade da lesão ao patrimônio ideal do ofendido.

Art. 4º O dano moral é intransmissível.

Parágrafo único. O direito a indenização por dano moral, depois de reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, transmite-se aos herdeiros ou sucessores da pessoa física ou jurídica ofendida.

Art. 5º A indenização do dano moral pode ser pedida cumulativamente com a dos danos materiais decorrentes do mesmo fato.

§ 1º A sentença que acolher os pedidos determinará o tipo de reparação pertinente ao dano moral e discriminará, quando pecuniária, o respectivo valor.

§ 2º A indenização pelo dano material será considerada integrante da devida pelo dano moral, quando importar em abrandamento deste.

Art. 6º O valor da indenização por dano moral será fixado de acordo com os seguintes parâmetros, nos casos de:

I—morte: de R\$ 41.500,00 (quarenta e um mil reais) a R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil);

II—lesão corporal: de R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais) a R\$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais);

III—ofensa à liberdade: de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) a R\$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais);

IV—ofensa à honra:

a) por abalo de crédito: de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) a R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais);

b) de outras espécies: de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) a R\$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais);

V—descumprimento de contrato: de R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais) a R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais).

§ 1º Na fixação da indenização, o juiz considerará sempre as circunstâncias descritas no art. 3º e especialmente:

I—na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, a proximidade do ofendido com a vítima, bem como a expectativa de vida desta;

II—no caso do inciso II do *caput* deste artigo:

a) o grau de incapacidade resultante para a vítima, que determinará, sendo total ou permanente, o acréscimo de cinquenta por cento no valor fixado;

b) a existência de dano estético, passível de correção, total ou parcial, mediante tratamento, cujo custo deverá ser assumido pelo ofensor ou pago ao ofendido, se este assim o preferir, a título de reparação natural, sem prejuízo da indenização de dano moral de natureza diversa, decorrente do mesmo fato;

c) a existência de dano estético, não passível de correção, que deverá ser indenizado mediante acréscimo de vinte por cento no valor fixado para a reparação pecuniária do dano moral de natureza diversa, decorrente do mesmo fato, ou, na sua falta, mediante o pagamento de um valor entre R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais) e R\$ 62.250,00 (sessenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais), de acordo com a gravidade do dano.

III—na hipótese do inciso III do *caput* deste artigo, o tempo em que o ofendido ficou injustamente privado da liberdade;

IV—no caso do inciso IV do *caput* deste artigo, a utilização da imprensa para a realização da ofensa, hipótese em que o valor da reparação pecuniária será fixado em razão de número de emissões, da amplitude da circulação e da abrangência do veículo, e acrescido de dez por cento.

§ 2º No caso de ofensa à honra por abalo de crédito, a reparação pecuniária, quando for o caso, deverá considerar:

I—as providências que o ofensor tiver adotado para evitar a persistência do fato;

II—a existência de fatos similares e contemporâneos;

III—a repercussão objetiva, de acordo com a existência de outros fatos diretamente relacionados com a natureza do dano.

§ 3º Sempre que a ofensa resultante de descumprimento de contrato importar risco grave à vida ou à saúde, a reparação será fixada no limite máximo a que se refere o inciso V do *caput* deste artigo.

§ 4º A reparação do dano, quando condenada a Fazenda Pública, será feita segundo os parâmetros estabelecidos neste artigo, observada a redução final de vinte por cento sobre o respectivo valor.

§ 5º Na hipótese de culpa concorrente, o valor da reparação será reduzido pela metade.

Art. 7º A ação de indenização por danos morais deverá ser proposta em litisconsórcio ativo necessário:

I—pelo ofendido e integrantes de seu núcleo familiar, quando a todos for possível demandar em nome próprio;

II—pelos integrantes do núcleo familiar do ofendido, quando a este não for possível demandar em nome próprio.

§ 1º Integram o núcleo familiar, para os efeitos desta lei, os descendentes, o cônjuge ou companheiro sob união estável, os ascendentes e, na linha colateral, os parentes em primeiro grau.

§ 2º A sentença que acolher o pedido deverá, se houver reparação pecuniária, acrescer um terço ao valor fixado de acordo com os parâmetros previstos no art. 6º, bem como definir a parte de cada litisconsorte.

§ 3º As ações de pessoas diversas das referidas nos incisos I e II deste artigo deverá ser propostas em conformidade com as regras gerais previstas na legislação processual civil e julgadas de acordo com a qualidade da relação entre o autor e o ofendido, observado o disposto nesta Lei.

Art. 8º Os acréscimos e reduções de que tratam os arts. 6º e 7º serão considerados após a fixação do valor da reparação, dentro dos limites estabelecidos pelos incisos do *caput* do mesmo art. 6º, ainda que o resultado final os extrapole.

Art. 9º Prescreve em três anos, contados da data da ofensa, a pretensão que tenha por objeto a reparação de dano moral.

Art. 10. Os valores mencionados no art. 6º serão corrigidos mês a mês pelo índice nacional de preços ao consumidor medido por instituição pública federal ou qualquer outro que venha a substituí-lo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICACÃO

A reparação ao dano moral é assegurada de forma direta pela Constituição Federal, que no seu artigo 5º, incisos V e X, prescreve:

“Art. 5º ...

V-é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X-são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”

O Código Civil, por sua vez, dispõe que:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

Contudo, apesar dessas garantias à reparação por dano moral, ainda não existe regulamentação dos valores das indenizações.

Essa omissão legislativa tem causado sérias disparidades, seja na identificação de critérios, seja na fixação dos valores.

Por essa razão, entende-se adequado o momento para regular o tema, suprimindo lacuna existente no nosso ordenamento jurídico por meio do estabelecimento de parâmetros e critérios claros para a fixação das indenizações, buscando, assim, conferir segurança jurídica às relações jurídicas.

Para tanto, o presente Projeto de Lei do Senado baseou-se no anteprojeto de autoria da ilustre professora Mirna Ciani, autora da obra “O valor da reparação moral”, que é fruto da análise de 40 obras doutrinárias e de aproximadamente 3000 decisões judiciais proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais de Justiça de diversos estados, ao longo de cinco anos.

Resumidamente, o projeto que ora se submete à apreciação busca estabelecer critérios para a indenização dos danos morais, nos termos seguintes:

I) o dano moral será devido à pessoa física ou jurídica e aos entes políticos, consoante reiterada jurisprudência, devidamente sumulada;

II) quando se tratar de pessoa jurídica, o dano à imagem será verificado em razão da repercussão material verificada, por se tratar de regra de constatação da sua ocorrência;

III) o dano moral terá caráter exclusivamente compensatório e a sua avaliação levará em conta o grau de repercussão ocasionado na esfera ideal do ofendido, tais como os reflexos sociais e pessoais, a possibilidade de superação psicológica e a extensão e duração dos efeitos da ofensa;

IV) não será cabível a indenização, a título de dano moral, em razão de meros aborrecimentos, como vem decidindo a jurisprudência, evitando-se, com isso, a banalização do instituto;

V) o dano moral é intransmissível, exceto depois de ter sido reconhecido por decisão transitada em julgado, caso em que se considerará incorporado ao patrimônio do beneficiário;

VI) a compensação material será levada em conta na fixação do dano moral, quando daquela se verificar o abrandamento deste, revelando-se fato juridicamente relevante a existência de satisfação moral decorrente do cumprimento da obrigação contratual;

VII) a reparação natural, sempre que possível, tempestiva e suficiente, será preferencial em relação à pecuniária, por sua capacidade de restauração;

VIII) em caso de culpa concorrente, a indenização será fixada proporcionalmente, consoante reiterada jurisprudência;

IX) as indenizações por dano material e moral, bem como dano moral e dano moral estético são cumuláveis, também conforme reiterada jurisprudência, parcialmente sumulada;

X) quando condenada a Fazenda Pública, a indenização será fixada com moderação, observada a redução de vinte por cento no quantum, em atendimento ao interesse público;

XI) a dificuldade decorrente da fixação da indenização em razão do número de pessoas atingidas, quando se tratar de núcleo familiar, resolver-se-á, em primeiro lugar, por regra de litisconsórcio ativo necessário, evitando-se a multiplicação de demandas ou, ainda, a fixação diminuída sob a possibilidade de outras ações virem a ser intentadas; nessas condições, a indenização será fixada dentro dos limites legais, e aumentada de um terço;

XII) fica considerado “núcleo familiar” o cônjuge ou companheiro sob união estável, os ascendentes e descendentes e, na linha colateral, os parentes até o primeiro grau, devendo o juiz definir as cotas de cada beneficiário em razão do grau de parentesco e de proximidade com a vítima.

Na fixação de valores para casos específicos, em atenção a jurisprudência dominante, foi estabelecido, como valor limite, o equivalente a seiscentos salários mínimos, de regra concedidos para os casos mais graves, ou seja, os de morte.

Os valores constantes do anteprojeto elaborado pela professora Mirna Cianci estão fixados em salários mínimos, entretanto em face do disposto na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975 que estabeleceu a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária, impõe-se adotar índice que esteja em conformidade, de preferência, com a atualização dos débitos judiciais.

Para a correção dos valores indenizatórios adotados na proposição, alvitramos a utilização do índice nacional de preços ao consumidor medido por instituição pública federal, atualmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou qualquer outro que venha a substituí-lo.

Objetivando manter sempre atualizados os valores fixados nesse Projeto de Lei adotou-se, como regra, a aplicação dos índices do INPC do IBGE. Foram transformados em reais os números de salários mínimos fixados no anteprojeto, para cada caso, no sentido de coaduná-lo ao ordenamento jurídico vigente.

Espera-se contar com o apoio imprescindível de todos os Excelentíssimos Senadores para a aprovação deste projeto, que em muito contribuirá para o aperfeiçoamento do Direito Civil pátrio.

Sala das sessões,

Senador Valter Pereira

**ANEXO III – TABELA REFERENTE AOS DANOS MORAIS NA 8ª, 9ª E 10ª
CÂMARA CÍVEL DO TJPR**

Número	Câmara	Relator	Provimento	Majorou, Minorou ou Manteve	Comarca	Data de Julgamento
AC - 1580443- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Londrina	27.10.2016
AC - 1571488- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Apucarana	20.10.2016
AC - 1577908- 1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	20.10.2016
AC - 1573123- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Colombo	20.10.2016
AC - 1576941- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	São José dos Pinhais	20.10.2016
AC - 1574431- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	--	Londrina	20.10.2016
EDC - 1511585- 6/01	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	--	--	Ponta Grossa	03.11.2016
AC - 1585865- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Ponta Grossa	10.11.2016
AC - 1583222- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Foz do Iguaçu	03.11.2016
AC - 1590311- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Curitiba	03.11.2016
AC - 1580443- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Londrina	27.10.2016
AC - 1587290- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Umuarama	10.11.2016
AC - 1575253- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Catanduvas	27.10.2016
AC - 1587147- 1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Coronel Vivida	03.11.2016
AC - 1580493- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Guaraniaçu	03.11.2016

AC - 1577641- 1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Pato Branco	24.11.2016
AC - 1602817- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Londrina	01.12.2016
AC - 1598350- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Fazenda Rio Grande	01.12.2016
AC - 1576976- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Curitiba	03.11.2016
AC - 1177840- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Ponta Grossa	10.11.2016
AC - 1579475- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	27.10.2016
AC - 1590311- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Curitiba	03.11.2016
AC - 1583222- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Foz do Iguaçu	03.11.2016
AC - 1585865- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Ponta Grossa	10.11.2016
EDC - 1511585- 6/01	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Rejeitado	--	Ponta Grossa	03.11.2016
AC - 1574431- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	--	Londrina	20.10.2016
AC - 1576941- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	São José dos Pinhais	20.10.2016
AC - 1573123- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Colombo	20.10.2016
AC - 1577908- 1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	20.10.2016
AC - 1571488- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Apucarana	20.10.2016
AC - 1601856- 9	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	02.03.2017
AC - 1593636- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Fazenda Rio Grande	01.12.2016
AC - 1570926- 1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Campo Mourão	27.10.2016

AC - 1566612- 3	10ª C.Cível	Guilherme Freire de Barros Teixeira	Desprovido	Mantido	Curitiba	01.12.2016
AC - 1584001- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Curitiba	27.10.2016
AC - 1592486- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Cambé	24.11.2016
AC - 1592020- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Ponta Grossa	01.12.2016
AC - 1547817- 6	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Desprovido	Mantido	Umuarama	17.11.2016
AC - 1580269- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Guaraniaçu	03.11.2016
AC - 1588655- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Campo Mourão	10.11.2016
AC - 1626230- 1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Loanda	27.04.2017
AC - 1595115- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	27.04.2017
AC - 1618785- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Guaraniaçu	16.03.2017
AC - 1571012- 6	10ª C.Cível	Guilherme Freire de Barros Teixeira	Parcial	Mantido	Londrina	09.03.2017
AC - 1603706- 2	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Desprovido	Mantido	Campina Grande do Sul	30.03.2017
AC - 1643582- 4	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Parcial	Mantido	Cascavel	30.03.2017
AC - 1596209- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	09.03.2017
AC - 1629224- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Arapongas	06.04.2017
AC - 1631119- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Catanduvas	16.03.2017
AC - 1604919- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	02.02.2017
AC - 1691895- 3	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Parcial	Majorado	Curitiba	20.07.2017

AC - 1649324- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Rolândia	27.07.2017
AC - 1646431- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Colorado	06.07.2017
AC - 1623651- 8	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Parcial	Mantido	Curitiba	22.06.2017
AC - 1652068- 8	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Parcial	Majorado	Curitiba	13.07.2017
AC - 1629801- 2	8ª C.Cível	Luis Sérgio Swiech	Parcial	Mantido	Curitiba	27.07.2017
AC - 1653095- 9	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Provido	Majorado	Curitiba	08.06.2017
AC - 1644156- 8	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Desprovido	Mantido	Foz do Iguaçu	22.06.2017
AC - 1680440- 1	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Desprovido	--	Colombo	17.08.2017
AC - 1667535- 7	8ª C.Cível	Luis Sérgio Swiech	Parcial	Redução	Pinhão	17.08.2017
AC - 1685408- 3	8ª C.Cível	Luis Sérgio Swiech	Desprovido	Mantido	Londrina	17.08.2017
AC - 1673423- 9	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Nova Londrina	27.07.2017
AC - 1597206- 8	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Provido	--	Araucária	27.04.2017
AC - 1596460- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Francisco Beltrão	23.03.2017
AC - 1622376- 6	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	2 Recursos	--	Guaraniaçu	11.05.2017
AC - 1647850- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Ponta Grossa	06.07.2017
AC - 1653296- 6	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Desprovido	Mantido	Umuarama	13.07.2017
AC - 1602235- 4	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Desprovido	Mantido	Curitiba	13.07.2017
AC - 1651764- 1	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Provido	Majorado	Ribeirão do Pinhal	13.07.2017

AC - 1622427- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Foz do Iguaçu	16.03.2017
AC - 1621652- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	--	Guaraniaçu	16.03.2017
AC - 1645938- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Campo Largo	11.05.2017
AC - 1650312- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Curitiba	11.05.2017
AC - 1641861- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Apucarana	11.05.2017
AC - 1641051- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	São José dos Pinhais	11.05.2017
AC - 1621453- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	--	Guaraniaçu	16.03.2017
AC - 1617822- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	04.05.2017
AC - 1611199- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	02.03.2017
AC - 1619792- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	09.03.2017
AC - 1576244- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	16.03.2017
AC - 1604761- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Terra Rica	23.02.2017
AC - 1603041- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Guaraniaçu	23.02.2017
AC - 1607992- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Reserva	02.03.2017
AC - 1618791- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Guaraniaçu	23.02.2017
AC - 1576511- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	São José dos Pinhais	01.12.2016
AC - 1591573- 0	8ª C.Cível	Luis Sérgio Swiech	Desprovido	Mantido	Curitiba	24.11.2016
AC - 1599824- 4	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Desprovido	Mantido	Foz do Iguaçu	16.02.2017

AC - 1389384- 8	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Parcial	Redução	Curitiba	17.08.2017
AC - 1655223- 1	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Parcial	Mantido	Arapongas	24.08.2017
AC - 1653560- 1	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	2 Recursos	Majorado	Colombo	24.08.2017
AC - 1591549- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	03.08.2017
AC - 1661797- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	--	Guaraniaçu	03.08.2017
AC - 1678400- 6	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	--	Majorado	Londrina	24.08.2017
AC - 1663053- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Curitiba	03.08.2017
AC - 1658249- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Londrina	03.08.2017
AC - 1654790- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Colorado	06.07.2017
AC - 1635291- 3	9ª C.Cível	José Augusto Gomes Aniceto	Desprovido	Mantido	Londrina	29.06.2017
AC - 1652220- 8	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	2 Recursos	Majorado	Cianorte	24.08.2017
AC - 1655588- 7	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Desprovido	Mantido	Curitiba	24.08.2017
AC - 1650663- 5	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Provido	Majorado	Curitiba	24.08.2017
AC - 1652554- 9	9ª C.Cível	Coimbra de Moura	Parcial	Majorado	Curitiba	06.07.2017
AI - 1665402- 5	9ª C.Cível	Coimbra de Moura	Provido	--	Londrina	06.07.2017
AC - 1649289- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	20.07.2017
AC - 1651825- 9	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	--	Londrina	27.07.2017
AC - 1657170- 3	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	2 Recursos	Mantido	Santa Helena	10.08.2017

AC - 1672700- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	27.07.2017
AC - 1676563- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Curitiba	27.07.2017
AC - 1658522- 1	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	3 Recursos	Majorado	Campina Grande do Sul	13.07.2017
AC - 1705274- 5	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Provido	Majorado	Paranaguá	03.08.2017
AC - 1634974- 3	9ª C.Cível	Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso	2 Recursos	Mantido	Curitiba	22.06.2017
AC - 1623863- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Pato Branco	16.03.2017
AC - 1596006- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Almirante Tamandaré	23.03.2017
AC - 1622733- 1	9ª C.Cível	Coimbra de Moura	Desprovido	Mantido	Guaíra	06.07.2017
AC - 1649571- 5	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	2 Recursos	Majorado	Curitiba	13.07.2017
AC - 1699148- 1	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Provido	Majorado	Pinhais	24.08.2017
AC - 1479597- 4	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Desprovido	Mantido	Ponta Grossa	01.06.2017
AC - 1676588- 7	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	2 Recursos	Majorado	Ponta Grossa	24.08.2017
AC - 1561468- 5	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	2 Recursos	Mantido	Londrina	24.08.2017
AC - 1661973- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	União da Vitória	27.07.2017
AC - 1675946- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	Cascavel	27.07.2017
AC - 1689640- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	Curitiba	27.07.2017
AC - 1681136- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	27.07.2017
AC - 1680211- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	27.07.2017

AC - 1678612-6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Loanda	27.07.2017
AC - 1673924-1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Mantido	Curitiba	27.07.2017
AC - 1672678-0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	27.07.2017
AC - 1671759-6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Guaraniaçu	27.07.2017
AC - 1652784-7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Curitiba	03.08.2017
AC - 1647684-9	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Parcial	Majorado	Curitiba	17.08.2017
AC - 1666555-5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Ponta Grossa	27.07.2017
AC - 1583360-8	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Provido	Mantido	São José dos Pinhais	16.02.2017
AC - 1602494-3	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Desprovido	Mantido	Londrina	20.04.2017
AC - 1620357-3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Guarapuava	27.04.2017
AC - 1632280-8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	Paranavaí	27.04.2017
AC - 1608906-2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Curitiba	16.02.2017
AC - 1655481-3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Ribeirão do Pinhal	11.05.2017
AC - 1644766-4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Catanduvas	11.05.2017
AC - 1607902-0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Umuarama	02.02.2017
AC - 1578348-9	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Curitiba	03.11.2016
AC - 1634666-6	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Provido	Majorado	Londrina	27.04.2017
AC - 1606285-0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	Curitiba	23.02.2017

AC - 1616926- 9	9ª C.Cível	Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso	Provido	Mantido	Curitiba	16.03.2017
AC - 1640670- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	Bocaiúva do Sul	11.05.2017
AC - 1646269- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Marialva	18.05.2017
AC - 1568379- 1	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Parcial	Mantido	Foz do Iguaçu	20.04.2017
AC - 1647209- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	18.05.2017
AC - 1638288- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	Curitiba	18.05.2017
AC - 1580518- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Curitiba	27.10.2016
AC - 1630300- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Cascavel	30.03.2017
AC - 1670452- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Ponta Grossa	17.08.2017
AC - 1677210- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	--	--	Curitiba	24.08.2017
AC - 1668034- 9	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Londrina	17.08.2017
AC - 1565306- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Ribeirão do Pinhal	24.11.2016
AC - 1594173- 2	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Parcial	Mantido	Londrina	30.03.2017
AC - 1504472- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Cambé	20.04.2017
AC - 1604222- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Curitiba	09.02.2017
AC - 1630605- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Londrina	20.04.2017
AC - 1621545- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Guaraniaçu	20.04.2017
AC - 1531477- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	São José dos Pinhais	27.10.2016

AC - 1580547- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Guaraniaçu	27.10.2016
EDC - 1531477- 5/01	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Rejeitado	--	São José dos Pinhais	27.04.2017
AC - 1582507- 7	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Provido	Majorado	Londrina	16.03.2017
AC - 1599121- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Arapoti	02.02.2017
AC - 1601339- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Londrina	09.02.2017
AC - 1634277- 9	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Desprovido	Mantido	Curitiba	20.04.2017
AC - 1600625- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	Londrina	09.03.2017
AC - 1639164- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	09.03.2017
AC - 1599580- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Loanda	09.02.2017
AC - 1591762- 7	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Parcial	Mantido	Curitiba	20.04.2017
AC - 1632270- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Nova Esperança	04.05.2017
AC - 1635615- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	16.03.2017
AC - 1621536- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	--	Guaraniaçu	30.03.2017
AC - 1639335- 6	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Cascavel	30.03.2017
AC - 1569932- 2	9ª C.Cível	Guilherme Frederico Hernandes Denz	2 Recursos	Redução	Catanduvas	24.11.2016
AC - 1641445- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Peabiru	06.04.2017
AC - 1632140- 9	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Guaraniaçu	06.04.2017
AC - 1633314- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Catanduvas	20.04.2017

AC - 1650972- 9	9ª C.Cível	Rafael Vieira de Vasconcellos Pedro	Parcial	Redução	Curitiba	27.04.2017
AC - 1585475- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Curitiba	02.02.2017
AC - 1633887- 1	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	2 Recursos	Mantido	Curitiba	20.04.2017
AC - 1630012- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Curitiba	06.04.2017
AC - 1633063- 1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Mantido	Curitiba	20.04.2017
AC - 1629683- 4	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	2 Recursos	Mantido	Foz do Iguaçu	20.04.2017
AC - 1650619- 7	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	2 Recursos	Majorado	Curitiba	20.04.2017
AC - 1626275- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Loanda	16.03.2017
AC - 1599064- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Cruzeiro do Oeste	09.02.2017
AC - 1609694- 1	10ª C.Cível	Guilherme Freire de Barros Teixeira	Desprovido	Mantido	Cambará	23.02.2017
AC - 1603409- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Mantido	Curitiba	16.02.2017
AC - 1616879- 5	9ª C.Cível	Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso	2 Recursos	Mantido	Curitiba	02.02.2017
AC - 1612104- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	Terra Rica	23.02.2017
1639247- 1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Segredo de Justiça		Guaraniaçu	04/05/2017
AC - 1673920- 3	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Provido	--	Curitiba	10.08.2017
AC - 1658479- 5	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Medianeira	27.07.2017
AC - 1618908- 9	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Guaraniaçu	27.07.2017
AC - 1657064- 0	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Desprovido	Mantido	Curitiba	10.08.2017

AC - 1683690- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Rolândia	27.07.2017
AC - 1644869- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Mantido	Curitiba	25.05.2017
AC - 1685655- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Colombo	27.07.2017
AC - 1562286- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Londrina	16.02.2017
AC - 1626264- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	20.07.2017
AC - 1620923- 7	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Redução	Curitiba	11.05.2017
AC - 1624997- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Curitiba	11.05.2017
AC - 1630600- 2	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Provido	Majorado	Curitiba	20.04.2017
AC - 1651717- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Loanda	18.05.2017
AC - 1603389- 1	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Arapongas	23.02.2017
AC - 1633656- 6 -	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Londrina	18.05.2017
AC - 1586424- 9	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Desprovido	Mantido	Palotina	24.11.2016
AC - 1595876- 2	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Provido	--	Curitiba	23.03.2017
AC - 1546654- 5	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Desprovido	Mantido	Curitiba	23.03.2017
AC - 1583360- 8	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Provido	--	São José dos Pinhais	16.02.2017
AC - 1602494- 3	8ª C.Cível	Luiz Cezar Nicolau	Desprovido	Mantido	Londrina	20.04.2017
AC - 1620357- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Guarapuava	27.04.2017
AC - 1632280- 8	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	2 Recursos	Majorado	Paranavaí	27.04.2017

AC - 1608906- 2	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	--	Curitiba	16.02.2017
AC - 1655481- 3	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	Majorado	Ribeirão do Pinhal	11.05.2017
AC - 1644766- 4	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Parcial	--	Catanduvas	11.05.2017
AC - 1607902- 0	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	Majorado	Umuarama	02.02.2017
AC - 1578348- 9	8ª C.Cível	Clayton de Albuquerque Maranhão	Provido	--	Curitiba	03.11.2016
AC - 1634666- 6	10ª C.Cível	Carlos Henrique Licheski Klein	Parcial	Mantido	Londrina	27.04.2017